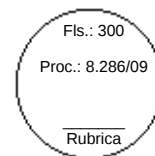




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



PROCESSO nº 8.286/09

ÓRGÃO DE ORIGEM: 4ª ICE / 3ª DT

ASSUNTO: Auditoria de Regularidade

MONTANTE EM EXAME: R\$ 431.137,80\*

EMENTA: Auditoria realizada na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) conforme previsto no plano de ação da 4ª ICE relativo ao 1º trimestre de 2009.

Senhor Diretor,

Com vistas a atender à designação de fl. 5 e dar prosseguimento à execução do Plano Geral de Ação das Inspetorias de Controle Externo para 2009 (Processo nº 27.863/08), referente ao 1º trimestre, comparecemos à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF com o intuito de colher as informações inerentes ao objetivo da presente auditoria, basicamente relacionado com a verificação da regularidade de pagamentos a militares ativos e inativos e a pensionistas militares.

2. O relatório anexo, que ora submetemos à consideração, contém o resultado das ocorrências verificadas, bem como as propostas de providências que poderão ser adotadas para regularizar as impropriedades detectadas e outras sugestões a serem apreciadas pelo e. Plenário.

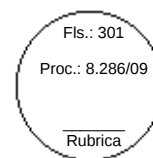
Brasília-DF, 14 de maio de 2009.

**CARLOS ANTÔNIO VIANA DE ANDRADE**  
Analista de Finanças e Controle Externo  
Matrícula nº 637-8

**MARCELO NUNES DE SOUZA**  
Analista de Finanças e Controle Externo  
Matrícula nº 311-5



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



# **RELATÓRIO**

## **DE**

### **AUDITORIA**

## **DE**

### **REGULARIDADE**

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF**

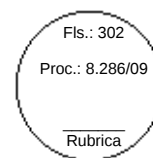
**1º trimestre de 2009**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA REALIZADA NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL -  
PMDF**

**(pagamentos a ativos, inativos e pensionistas militares)**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



## **1º trimestre de 2009**

Consta do Plano Geral de Ação das Inspetorias de Controle Externo para o 1º trimestre de 2009 – Processo nº 27.863/08 a realização de auditoria para verificar a regularidade dos pagamentos a militares ativos e inativos e a pensionistas militares, bem como o cumprimento de determinações, recomendações e alertas do Tribunal nas concessões de reformas e pensões militares consideradas legais.

2. Dando cumprimento ao planejamento especificado às fls. 1/4, procedemos aos trabalhos junto à PMDF, mais especificamente na DP (Diretoria de Pessoal) e na DIP (Diretoria de Inativos e Pensionistas), os quais resultaram na elaboração do presente relatório.

### **I) DOS OBJETIVOS**

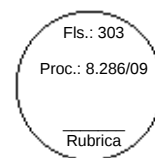
3. A presente auditoria, já com observância aos termos da Decisão nº 77/07, exarada no Processo nº 24.185/07, teve por objetivo, principalmente: a) verificar se foram adotadas as providências determinadas pelo egrégio Plenário nos processos de reformas, pensões militares e respectivas revisões, cujos atos foram considerados legais com medidas a serem cumpridas posteriormente; b) checar a regularidade dos pagamentos a militares ativos e inativos e a pensionistas militares, e c) verificar as providências adotadas pela Corporação em relação aos processos considerados ilegais.

4.

### **II) DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



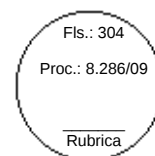
4. Na execução dos trabalhos, utilizamo-nos de 4 (quatro) Notas de Auditoria, acostadas às fls. 7/16, onde, entre outras coisas, solicitamos: a) os processos de reformas e pensões militares relacionados no anexo de fls. 8/9, acompanhados dos demonstrativos de pagamento atuais dos interessados, obtidos por meio do SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) do Governo Federal, e das fichas funcionais atualizadas dos militares reformados, dos instituidores de pensões militares e dos pensionistas militares; b) esclarecimentos quanto aos processos com diligência em atraso, indicados no anexo de fl. 10; e c) as fichas funcionais e os comprovantes dos cursos para efeito do pagamento do Adicional de Certificação Profissional dos militares ativos relacionados no anexo de fls. 12/13.

5. No caso dos processos de reformas e pensões, a amostra selecionada (num total de 27 processos constantes da Tabela I de fls. 307/321) foi obtida a partir do controle prévio, levado a termo no âmbito da 4ª Inspeção, das concessões consideradas legais cuja regularidade dos pagamentos ficou condicionada a uma verificação em futura auditoria, nos termos da Decisão nº 77/07, exarada no Processo nº 24.185/07. Desse universo de 27 processos, 23 foram disponibilizados pela PMDF, em conformidade com a relação objeto do Anexo-01 da Nota de Auditoria nº 01 (fls. 8/9). Os outros 4 processos não foram incluídos na relação do Anexo-01 da Nota de Auditoria nº 01 tendo em vista que se encontravam no próprio Tribunal. Anote-se que da amostra fazem parte duas ilegalidades cujos julgamentos pelo Tribunal ocorreram antes do início dos trabalhos, e que não haviam sido objeto de exame em auditorias anteriores.

6. Convém informar que, dos processos de reformas de pensões examinados, apenas no caso de ADELINO JOSÉ DE OLIVEIRA (Processo nº 20.338/08-TCDF) restou prejudicada a verificação do cumprimento da respectiva decisão (Decisão nº 1.332/09), vez que, por ser muito recente (proferida na Sessão Ordinária nº 4237 de 12.03.09, DODF de 30.03.09), não houve tempo hábil para seu



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



cumprimento pela Corporação. Quanto ao Processo nº 22.170/06, de EVANDRO BARRETO FERREIRA, relacionado por equívoco no Anexo-01 da Nota de Auditoria nº 01 (fls. 8/9), o mesmo encontra-se sobrestado, pendente de decisão de mérito, e, portanto, não será objeto de exame no presente trabalho.

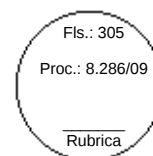
7. No caso dos ativos, a amostra para verificação dos pagamentos foi obtida diretamente do SIAPE, constituindo-se num total de 32 (trinta e dois) militares, relacionados às fls. 12/13. Procurou-se contemplar todos os postos e graduações e incluir as mais variadas situações remuneratórias (Gratificação de Função de Natureza Especial, Gratificação de Serviço Voluntário, Auxílio-Funeral etc), bem como garantir que houvesse militares lotados nas mais diversas unidades administrativas e operacionais da Corporação.

8. No que tange ao pedido de esclarecimento sobre as diligências em atraso, objeto da letra “b” da Nota de Auditoria nº 1 (fls. 7 e 10), a Corporação, por meio do Ofício nº 049/2009/DIP/1, acostado às fls. 17/18, prestou as seguintes informações:

- i) em relação à Decisão nº 5.133/07, proferida no Processo nº 2.510/95 que trata da auditoria de regularidade relativa ao 2º Trimestre de 1995, esclareceu que foram adotadas as pertinentes medidas em cada um dos respectivos processos de reformas dos militares aludidos na citada Decisão. Ressalte-se que o cumprimento da Decisão nº 5.133/07 foi recentemente examinado no âmbito desta 3ª DT, sendo a sugestão no sentido de se considerar cumprida a diligência em questão e de se autorizar o arquivamento do feito;
- ii) quanto às diligências objeto dos processos constantes do Anexo - 02 (fl. 10), temos:



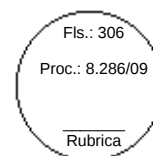
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



1	<b>Manoel Teodoro da Cruz – Proc. nº 1.311/99 – Decisão nº 3.067/07:</b> legalidade com determinação. Segundo a Corporação o processo foi arquivado indevidamente, porém não informou se houve cumprimento da determinação. Reiterar os termos da decisão.
2	<b>Isabella Patrícia Pereira de Sousa Lins – Proc. nº 980/05 – Decisão nº 378/08:</b> diligência. Conforme verificado no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual do TCDF, a Corporação já respondeu à diligência, porém ainda não houve apreciação pelo Tribunal.*
3	<b>Jorge Luiz Ladeira da Silva – Proc. nº 3.029/04 – Decisão nº 6.393/07:</b> legalidade com determinação. Segundo a Corporação o processo foi arquivado indevidamente, porém não informou se houve cumprimento da determinação. Reiterar os termos da decisão.
4	<b>Edgar dos Santos Castelo – Proc. nº 740/04 – Decisão nº 4.150/08:</b> legalidade com determinação. Não houve esclarecimentos por parte da Corporação. Reiterar os termos da decisão.
5	<b>Jefferson Valadares de Sales – Proc. nº 36.361/07 – Decisão nº 4.298/08:</b> legalidade com determinação. Conforme verificado no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual do TCDF, a Corporação já respondeu à diligência, porém ainda não houve apreciação pelo Tribunal.*
6	<b>Wellington Silva Marques – Proc. nº 3.274/05 – Decisão nº 2.499/08:</b> legalidade com determinação. Segundo a Corporação o processo foi arquivado indevidamente, porém não informou se houve cumprimento da determinação. Reiterar os termos da decisão.
7	<b>Vanusa Pereira de Souza – Proc. nº 2.492/95 – Decisão nº 7.013/08:</b> diligência. Conforme verificado no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual do TCDF, a Corporação já respondeu à diligência, porém ainda não houve apreciação pelo Tribunal.*
8	<b>Reginalda Regis Araujo – Proc. nº 2.452/98 – Decisão nº 7.454/08:</b> diligência. Conforme verificado no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual do TCDF, a Corporação já respondeu à diligência, porém ainda não houve apreciação pelo Tribunal.*
9	<b>Leize Maria de Souza – Proc. nº 14.087/08 – Decisão nº 8.244/08:</b> diligência. Conforme verificado no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual do TCDF, a Corporação já respondeu à diligência, porém ainda não houve apreciação pelo Tribunal.*
10	<b>Monica Moreira de Freitas Paes – Proc. nº 24.112/08 – Decisão nº 8.025/08:</b> diligência. Conforme verificado no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual do TCDF, a Corporação já respondeu à diligência, porém ainda não houve apreciação pelo Tribunal.*
11	<b>Remilton Martins Sales – Proc. nº 42.265/05 – Decisão nº 6.888/08:</b> diligência. Conforme verificado no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual do TCDF, a Corporação já respondeu à diligência, porém ainda não houve apreciação pelo Tribunal.*
12	<b>Nascimento Ribeiro de Sousa – Proc. nº 18.997/06 – Decisão nº 8.344/08:</b> diligência. Interposição de pedido de reexame. Conhecimento do recurso com efeito suspensivo. Aguardando análise do mérito do recurso.
13	<b>Laerte Bueno – Proc. nº 918/75:</b> o processo estava com andamento incorreto no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual. Correção já providenciada.
14	<b>Adriano Sales – Proc. nº 955/69</b> o processo estava com andamento incorreto no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual. Correção já providenciada.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



<b>15</b>	<b>Guaracy de Lima Furtado – Proc. nº 840/76:</b> o processo estava com andamento incorreto no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual. Correção já providenciada.
<b>16</b>	<b>Icleia de Fatima Azevedo Machado – Proc. nº 7.738/96 – Decisão nº 7.980/08:</b> diligência. Conforme verificado no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual do TCDF, a Corporação já respondeu à diligência, porém ainda não houve apreciação pelo Tribunal.*

*\* Processos que ingressaram no Tribunal após o levantamento objeto da Nota de Auditoria nº 01 (fl. 10).*

### III) TÉCNICAS UTILIZADAS

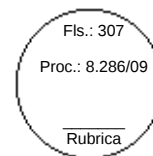
9. As técnicas empregadas na auditoria realizada consistiram de:
- a) exame dos documentos obtidos pela Corporação no SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos);
  - b) pesquisa nos sistemas do TCDF;
  - c) entrevistas;
  - d) exame dos documentos originais;
  - e) confrontação dos atos com a legislação aplicável;
  - f) comparação dos registros funcionais com os financeiros; e
  - g) conferência de cálculos.

### IV) FONTES

10. O material que serviu de base à execução da auditoria foi o seguinte:
- a) documentos originais;
  - b) atos administrativos pertinentes;
  - c) registros funcionais e financeiros;
  - d) sistemas do TCDF e o SIAPE;
  - e) legislação aplicável:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



- Constituição Federal;
  - Lei nº 10.486/02;
  - Lei nº 3.765/60;
  - Lei nº 11.134/05;
  - Lei nº 11.663/08
  - Normas da União, do DF e da PMDF;
- f) decisões do TCDF; e
- g) súmulas do TCDF.

## **D E S E N V O L V I M E N T O**

### **V) DAS VERIFICAÇÕES EFETIVADAS**

11. Dos exames procedidos a partir das amostras selecionadas pela equipe de auditoria, tendo em conta os processos, contracheques, documentos e informações disponibilizados pela Corporação, bem como as normas aplicáveis, apresentamos a conclusão do trabalho nas Tabelas (I e II) expostas a seguir:

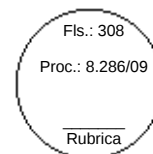
#### **TABELA I**

**Análise do cumprimento de determinações do Tribunal bem como da regularidade dos pagamentos atuais.**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**ADELINO JOSÉ DE OLIVEIRA**

**PROCESSO TCDF nº 20.338/08 (GDF nº 54.000.934/96)**

**DECISÃO nº 1.332/09**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - ter por parcialmente cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 5.819/2008; II - considerar legal, para fins de registro, o ato de reforma do Segundo-Sargento PM da Reserva Remunerada ADELINO JOSÉ DE OLIVEIRA, visto à fl. 37 e retificado às fls. 46 e 54 do Apenso nº 054.000.934/96, ressaltando que a regularidade das parcelas do Abono Provisório será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07; III - determinar à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, em reiteração à letra "d" da Decisão nº 5.819/2008, que observe, quanto aos valores pagos a mais ao militar a título de Adicional de Tempo de Serviço - ATS (30%, em vez 28%), o teor do Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência desta Corte e da Decisão nº 6.806/2007, fazendo constar dos autos o resultado da providência adotada, sob pena de aplicação da multa prevista pelo artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 01/1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica do TCDF; IV - autorizar: a) a devolução do processo apenso à origem; b) o arquivamento dos autos.

OBS: Por tratar-se de legalidade com determinação, e por não ter havido tempo hábil para cumprimento da Decisão nº 1.332/09 pela Corporação, optou-se pela possibilidade de incluí-lo em futuro roteiro de auditoria.

**ANTÔNIO ADOLFO C. ALVARENGA**

**PROCESSO TCDF nº 37.821/07 (GDF nº 54.001.187/06)**

**DECISÃO nº 1.242/08**

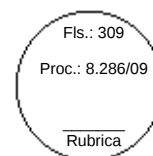
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressaltando que a regularidade das parcelas constantes do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão Administrativa nº 77/2007 (Processo nº 24185/07); b) autorizar o arquivamento do feito e a devolução do apenso à origem.

**OCORRÊNCIAS:**

- Abono provisório regular.
- Pagamento atual regular.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**ANTÔNIO FELIPE DE SOUZA**

**PROCESSO TCDF nº 2.860/08 (GDF nº 54.001.665/98)**

**DECISÃO nº 2.140/08**

**O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão de reforma em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas constantes do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão Administrativa nº 77/2007 (Processo nº 24185/07); b) autorizar o arquivamento do feito e a devolução do apenso à origem.**

**OCORRÊNCIAS:**

- O ACP encontra-se fixado no abono provisório e no demonstrativo de pagamento atual (fl. 200) do militar no percentual cumulado de 25% sem a comprovação de que o militar possui curso válido de habilitação ou especialização que assegure o direito à parcela correspondente a 15% do referido montante. Logo, a Corporação deverá juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de habilitação ou especialização, que comprove o direito do militar a continuar percebendo o ACP em 25%, atentando-se para, caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso: a) elaborar novo abono provisório, consignando o ACP em 10%, e corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%, e b) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE no órgão no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.

**CARLOTA LIMA DE OLIVEIRA**

**PROCESSO TCDF nº 1.044/04 (GDF nº 54.001.127/99)**

**DECISÃO nº 6.084/08**

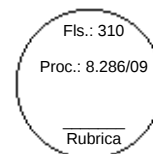
**O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das vantagens que compõem o benefício será verificada na forma da Decisão nº 77/07, exarada no Processo nº 24185/07; II - recomendar à PMDF que ajuste o pagamento da parcela Diária de Asilado à Decisão nº 4219/2007, adotada no Processo TCDF nº 9120/2006; III - autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.**

**OCORRÊNCIAS:**

- Título de pensão regular.  
- Pagamento atual: 1) o ajuste da parcela Diária de Asilado (VPNI – Art. 61 da Lei nº 10.486/02, no valor de R\$ 303,07) não pôde ser corretamente verificado, haja vista que no demonstrativo de pagamento concernente a setembro de 2001 as parcelas estipendiárias não se encontram discriminadas, o que impossibilitou verificar se na composição do pagamento relativo ao mês em questão constam valores de caráter temporário ou indenizatório que não devem ser considerados no cálculo do ajuste da aludida parcela (fls. 201, 202 e 205). Dessa forma, deverá a Corporação demonstrar os cálculos que resultaram no valor ajustado da parcela Diária de Asilado; 2) O ACP encontra-se fixado no demonstrativo de pagamento atual da pensionista no percentual cumulado de 25% sem a comprovação de que o ex-militar possui curso válido de habilitação ou especialização, que assegure o direito à parcela correspondente a 15% do referido montante. Logo, a Corporação deverá juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de habilitação ou especialização que comprove o direito da pensionista a continuar percebendo o ACP em 25%, atentando-se para: a) caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso, corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%, b) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE no órgão no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.  
- Decisão cumprida.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**ELCIDES CARNEIRO RAMOS**

**PROCESSO TCDF nº 629/08 (GDF nº 54.000.527/03)**

**DECISÃO nº 5.776/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento do ato de transferência de fl. 113 do Processo nº 054.000.527/2003; II - considerar legais, para fins de registro, a pensão e revisão versadas no processo, com a ressalva de que a regularidade das parcelas integrantes dos títulos de pensão será verificada oportunamente, na forma da orientação constante do item I da Decisão Administrativa nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07); III – autorizar o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem.

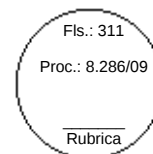
OCORRÊNCIAS:

- Ressalte-se, preliminarmente, que o exame do pagamento atual foi feito sobre o demonstrativo da pensionista MARIZETE DE ARAUJO NUNES (fl. 206), companheira do instituidor da pensão, em razão da exclusão da condição de pensionista de ELCIDES CARNEIRO RAMOS (filho do ex-militar), por ter completado 24 anos como estudante universitário.

- O ACP encontra-se fixado nos títulos de pensão e no demonstrativo de pagamento atual da pensionista MARIZETE DE ARAUJO NUNES (fl. 206) no percentual cumulado de 25% sem a comprovação de que o ex-militar possui curso válido de habilitação ou especialização, que assegure o direito à parcela correspondente a 15% do referido montante. Logo, a Corporação deverá juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de habilitação ou especialização, que comprove o direito da pensionista a continuar percebendo o ACP em 25%, atentando-se para, caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso: a) elaborar novos títulos de pensão, consignando o ACP em 10%, e corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%, e b) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE no órgão no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**ELIZABETH DAVI CHAGAS**

**PROCESSO TCDF nº 5.293/05 (GDF nº 54.002.286/01)**

**DECISÃO nº 2.066/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade as parcelas do título de pensão de fls. 33/34 do Processo nº 054.002.286/2001 será verificada na forma do item I da Decisão nº 077/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007, lembrando que o valor da parcela VPNI deve ser apenas o decorrente de eventual redução salarial derivada da adoção da nova estrutura remuneratória dos militares do Distrito Federal, implementada pela Medida Provisória nº 2.218/2001, convertida na Lei nº 10.486/2002, devendo a Corporação observar, na apuração de seu valor, as disposições do item IV, alínea "a.2", da Decisão nº 756/2002, e do item I, alíneas "a" e "b", da Decisão nº 4.219/2007; II - autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

**OCORRÊNCIAS:**

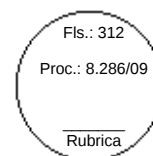
- Título de pensão regular.

- Pagamento atual: 1) o valor de R\$ 2.610,60 da parcela Diária de Asilado (VPNI – Art. 61 da Lei nº 10.486/02), à fl. 219, não corresponde à diferença remuneratória entre os meses de setembro e outubro de 2001. Conforme se observa pelo demonstrativo de pagamento de agosto de 2008 (fl. 217), o ajuste da citada parcela chegou a ocorrer, mas, a partir de setembro de 2008, o valor voltou a ser fixado em R\$ 2.610,60 (fl. 218), em razão da existência de ação judicial impetrada anteriormente à edição da MP nº 2.218/01, mas, cuja decisão se deu posteriormente; 2) as parcelas GRAT. FUNÇÃO/REPR e ADIC. POSTO OU GRADUAÇÃO foram calculadas incorretamente, porquanto, na base de cálculo delas, não foi considerado o valor do soldo acrescido do complemento de soldo; 3) as parcelas ADIC. OPERAÇÕES MILITARES e GCEF foram calculadas incorretamente, porquanto não foi aplicada sobre as mesmas a proporcionalidade do soldo (16 cotas) devida à pensionista. Contudo, por se tratar de erro sistêmico, causado não pela PMDF, e sim pelo próprio gestor SIAPE, entende-se que, neste caso, e no caso do item anterior, possa se dispensar a devolução dos valores porventura pagos a mais; 4) o ACP vem sendo pago no percentual cumulado de 25% sem a comprovação de que o ex-militar possui curso válido de habilitação ou especialização, que assegure o direito à parcela correspondente a 15% do referido montante; 5) logo, a Corporação deverá: a) verificar a necessidade promover novo ajuste na parcela Diária de Asilado tendo em vista o teor da Decisão nº 2.638/09, adotada no Processo nº 9.120/06, b) corrigir o cálculo das parcelas GRAT. FUNÇÃO/REPR, ADIC. POSTO OU GRADUAÇÃO, ADIC. OPERAÇÕES MILITARES e GCEF, c) juntar aos autos certificado do curso de especialização ou habilitação que comprove o direito da pensionista a continuar percebendo o ACP em 25%, ou, na impossibilidade, reduzir o percentual para 10% no SIAPE, d) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente a título de ACP após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, caso não se comprove o necessário curso de especialização ou habilitação, atentando ainda para os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.

- Decisão parcialmente cumprida.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**ELZIRA DOS SANTOS**

**PROCESSO TCDF nº 3.723/04 (GDF nº 54.000.286/02)**

**DECISÃO nº 1.765/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão nº 077/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; II - autorizar o arquivamento do feito e a devolução do apenso à origem.

OCORRÊNCIAS:

- Título de pensão regular.
- Pagamento atual: 1) as parcelas ADIC. OPERAÇÕES MILITARES e GCEF (fl. 220) foram calculadas incorretamente, porquanto não foi aplicada sobre as mesmas a proporcionalidade do soldo (17 cotas) devida à pensionista; 2) logo, a Corporação deverá corrigir no SIAPE o cálculo das referidas parcelas, bem como promover o levantamento dos valores porventura pagos a mais com vistas à devolução ao erário, atentando para os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.

**(LAURA DA SILVA SILVEIRA - Pensionista)**  
**HENRIQUE CRISTHIANO DA SILVEIRA - Instituidor**

**PROCESSO TCDF nº 802/69 (GDF nº 54.000.693/67 e 3.000.3253/69)**

**DECISÃO nº 6.516/08**

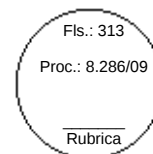
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer do ato de fls. 31/32 (Processo nº 27362/73-MJ) como apostilamento, uma vez que não altera a concessão original da pensão militar instituída pelo ex-Cabo Henrique Christiano da Silveira; II - determinar à PMDF que: 1) ajuste o pagamento da extinta parcela Diária de Asilado aos termos da Decisão nº 4219/07, adotada no Processo TCDF nº 9120/06, caso tal providência ainda não tenha sido adotada; 2) observe o instituto da prescrição quinquenal, caso haja pagamento de atrasados em decorrência do ato de fls. 31/32 (Processo nº 27362/73-MJ).

OCORRÊNCIAS:

- Decisão cumprida.
- Pagamento atual regular.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**JOÃO BATISTA SOARES DA COSTA**

**PROCESSO TCDF nº 22.802/08 (GDF nº 54.000.219/98)**

**DECISÃO nº 6.496/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – considerar legal, para fim de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório de fls. 35/36-apenso será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07; II - autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

OCORRÊNCIAS:

- O ACP encontra-se fixado no abono provisório e no demonstrativo de pagamento atual (fl. 221) no percentual cumulado de 25% sem a comprovação de que o militar possui curso válido de habilitação ou especialização, que assegure o direito à parcela correspondente a 15% do referido montante. Logo, a Corporação deverá juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de habilitação ou especialização, que comprove o direito do militar a continuar percebendo o ACP em 25%, atentando-se para, caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso: a) elaborar novo abono provisório, consignando o ACP em 10%, b) corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%, e c) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE no órgão no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.

**JOÃO DA SILVA FILHO**

**PROCESSO TCDF nº 22.322/08 (GDF nº 54.001.504/96)**

**DECISÃO nº 7.124/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório de fls. 32/33 do Processo nº 054.001.504/96 será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07; II - autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

OCORRÊNCIAS:

- Abono provisório regular.  
- Pagamento atual regular.

**JOSÉ CARLOS DA COSTA**

**PROCESSO TCDF nº 20.257/08 (GDF nº 54.001.204/06)**

**DECISÃO nº 5.742/08**

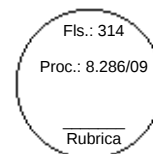
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório de fls. 34/35 do Processo nº 054.001.204/2006 será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; II. autorizar o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem.

OCORRÊNCIAS:

- Abono provisório regular.  
- Pagamento atual regular.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**JOSÉ LUCAS DE FRANÇA**

**PROCESSO TCDF nº 5.311/08 (GDF nº 54.000.211/94)**

**DECISÃO nº 3.071/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, considerou legal, para fins de registro, a reforma versada no processo, com a ressalva de que a regularidade das parcelas integrantes do abono provisório será verificada posteriormente, em consonância com a autorização de que trata o item I da Decisão Administrativa nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07).

**OCORRÊNCIAS:**

- Abono provisório e pagamento atual incorretos (fl. 222): o ATS foi fixado e está sendo pago no percentual de 31%, sendo que o correto é 26%. Logo, a Corporação deverá: a) elaborar novo abono provisório, consignando o ATS em 26%, e corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 26%, b) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores pagos indevidamente a título de ATS, observando os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.

**JOSEMAR COELHO PESSOA**

**PROCESSO TCDF nº 3.084/08 (GDF nº 54.000.042/96)**

**DECISÃO nº 3.437/08**

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de reforma do Coronel PM RR JOSEMAR COELHO PESSOA, visto à fl. 110 e retificado à fl. 125 dos autos apensos nº 054.000.042/96, ressalvando que a regularidade das parcelas do Demonstrativo de Proventos será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/07; II - determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que observe, quanto aos valores pagos a mais em favor do militar a título de Adicional de Tempo de Serviço, o teor do Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/2007, o que será objeto de verificação na forma prevista na Decisão TCDF nº 1.396/2006; III - autorizar: a) a devolução do processo apenso à origem; b) o arquivamento dos autos. Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que votou pelo não-acolhimento do item II do referido voto, no que foi seguido pela Conselheira ANILCÉIA MACHADO.

**OCORRÊNCIAS:**

- Abono provisório regular.  
- Pagamento atual regular.  
- Decisão parcialmente cumprida: a Corporação elaborou uma planilha de cálculo do valor pago a mais ao militar a título de ATS (fls. 225/227), mas ainda não efetivou, nos proventos do militar, a reposição do valor. Logo, a Corporação deverá providenciar o ressarcimento ao erário, dos valores pagos indevidamente a título de ATS, observando os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.

**LAERTE JOSÉ DE OLIVEIRA**

**PROCESSO TCDF nº 39.132/05 (GDF nº 54.001.244/94)**

**DECISÃO nº 6.541/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) ter por cumprida a Decisão nº 1118/07, reiterada pela de nº 545/08; b) autorizar o arquivamento do feito e a devolução do apenso à origem.

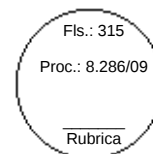
**OCORRÊNCIAS:**

- Pagamento atual regular.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**MÁRCIA BORGES FERREIRA DA PAZ**

**PROCESSO TCDF nº 14.745/08 (GDF nº 54.001.510/03)**

**DECISÃO nº 4.612/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas constantes do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão Administrativa nº 77/2007 (Processo nº 24185/07); b) autorizar o arquivamento do feito e a devolução do apenso à origem.

OCORRÊNCIAS:

- Título de pensão regular.
- Pagamento atual regular.

**MARCO AURÉLIO FRAGA DESIDÉRIO**

**PROCESSO TCDF nº 22.012/08 (GDF nº 54.001.299/07)**

**DECISÃO nº 7.354/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; b) dar ciência ao jurisdicionado de que a regularidade das parcelas do abono provisório de fl. 23 - apenso, do Processo nº 054.001.299/2007, será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; c) determinar o retorno do processo à 4ª ICE, autorizando o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

OCORRÊNCIAS:

- Abono provisório regular.
- Pagamento atual regular.

**MARIA DAS MERCÊS ALVES DOS SANTOS**

**PROCESSO TCDF nº 7.070/91 (GDF nº 54.003.180/91)**

**DECISÃO nº 4.187/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 155/158, considerando-os insuficientes como prova hábil de dependência econômica da Sra. MARIA DAS MERCÊS ALVES DOS SANTOS em relação ao instituidor do benefício; b) ter por ILEGAL a concessão em exame, tendo em vista o não-atendimento aos termos do artigo 71, alínea "d", da Lei nº 6.023, de 03.01.74, quanto à necessidade de comprovação da dependência econômica; c) determinar à jurisdicionada que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, inciso X, da LODF); d) determinar o retorno do processo à 4ª ICE, autorizando o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

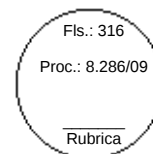
OCORRÊNCIAS:

- Decisão cumprida: a Corporação, por meio da Portaria DIP nº 764, de 23.09.08, excluiu MARIA DAS MERCÊS ALVES DOS SANTOS da condição de pensionista militar, sendo que o último pagamento ocorreu no mês de setembro de 2008.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**MARIA HELENA FIGUEIREDO DO NASCIMENTO**

**PROCESSO TCDF nº 1.647/04 (GDF nº 54.001.229/00)**

**DECISÃO nº 2.002/08**

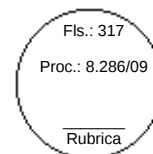
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade do montante pensional, informado no título de pensão de fls. 28/29 do Processo nº 054.001.229/2000, cujo demonstrativo financeiro da pensão foi inserido no ato de fls. 22/23 do mesmo processo, será verificada na forma do item I da Decisão nº 077/2007, proferida nos autos do Processo nº 24.185/2007; II - alertar a Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF da necessidade de: a) acostar aos autos documentos comprobatórios alusivos à integralização da concessão em exame, posto que atualmente todo benefício pensional está sendo percebido pela viúva, Sra. MARIA HELENA FIGUEIREDO DO NASCIMENTO, conforme foi visto no sistema SIAPE, em que pese o ato de fls. 22/23 do Processo nº 054.001.229/2000 ter reservado 1/4 de seu valor à filha do ex-militar TELMA AUREA DO NASCIMENTO; b) observar, se ainda for o caso, os termos da Decisão nº 4.219/2007, adotada no Processo nº 9.120/2006 - TCDF, considerando que na relação de proventos da concessão em apreço consta a parcela Diária de Asilado, que, consoante as disposições do item IV, alínea "a.2", da Decisão nº 756/2002, já deveria ter sido transformada em VPNI; III - autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

**OCORRÊNCIAS:**

- Título de pensão regular.
- Pagamento atual: 1) o valor da parcela Diária de Asilado (VPNI – Art. 61 da Lei nº 10.486/02, no valor de R\$ 1.957,95), já considerada a majoração determinada por decisão judicial proferida ainda com base na legislação anterior à MP nº 2.218/01 (convertida na Lei nº 10.486/02), não corresponde à diferença entre o total da remuneração da pensionista em setembro de 2001 em relação a outubro de 2001 (fls. 236 e 237), restando determinar à Corporação que promova imediatamente o ajuste na referida parcela em observância aos termos da Decisões nºs 4.219/07 e 2.638/09, adotada no Processo nº 9.120/06; 2) o ACP encontra-se fixado no percentual cumulado de 25% sem a comprovação de que o ex-militar possui curso válido de habilitação ou especialização, que assegure o direito à parcela correspondente a 15% do referido montante (fl. 237); 3) logo, a Corporação deverá juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de habilitação ou especialização, que comprove o direito da pensionista a continuar percebendo o ACP em 25%, atentando-se para, caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso: 3.1) corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%, e 3.2) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE no órgão no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.
- Decisão parcialmente cumprida: o item II.a da Decisão não foi atendido.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**MARIA VIANA DE CARVALHO**

**PROCESSO TCDF nº 893/95 (GDF nº 54.000.174/95)**

**DECISÃO nº 1.273/09**

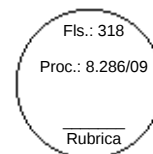
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: I. ter por cumprida a Decisão nº 2.205/2008; II. considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas dos títulos de pensão de fls. 52/53 será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; III. recomendar à Polícia Militar do DF que, posteriormente, retifique o ato de fls. 51 para corrigir o nome do ex-servidor de “Werner Fonseca de Carvalho” para “Warner Fonseca de Carvalho”.

**OCORRÊNCIAS:**

- Título de pensão regular.
- Pagamento atual: 1) o ajuste da parcela Diária de Asilado (VPNI – Art. 61 da Lei nº 10.486/02, no valor de R\$ 138,74) não pôde ser corretamente verificado, haja vista que no demonstrativo de pagamento concernente a setembro de 2001 as parcelas remuneratórias não se encontram discriminadas, o que impossibilitou verificar se na composição do pagamento relativo ao mês em questão constam valores de caráter temporário ou indenizatório que não devem ser considerados no cálculo do ajuste da aludida parcela (fls. 238, 239 e 242). Dessa forma, deverá a Corporação demonstrar os cálculos que resultaram no valor ajustado da parcela Diária de Asilado; 2) as parcelas GRAT. FUNÇÃO/REPR e ADIC. POSTO OU GRADUAÇÃO foram calculadas incorretamente, porquanto, na base de cálculo delas, não foram considerados o valor do soldo acrescido do complemento do soldo (fl. 242); 3) as parcelas ADIC. OPERAÇÕES MILITARES e GCEF foram calculadas incorretamente, porquanto não foi aplicada sobre as mesmas a proporcionalidade do soldo (14 cotas) devida à pensionista (fl. 242). Contudo, por se tratar de erro sistêmico, causado não pela PMDF, e sim pelo próprio gestor SIAPE, entende-se que, neste caso, e no caso do item anterior, possa se dispensar a devolução dos valores porventura pagos a mais; 4) o valor do Auxílio-Moradia encontra-se incorreto, uma vez que foi calculado proporcionalmente às cotas de soldo (fl. 242); 5) logo, a Corporação deverá: a) corrigir no SIAPE: a.1) o cálculo das parcelas GRAT. FUNÇÃO/REPR, ADIC. POSTO OU GRADUAÇÃO, ADIC. OPERAÇÕES MILITARES e GCEF; a.2) o valor da parcela Auxílio-Moradia, considerando-o integral de militar da graduação de Soldado PM 1ª Classe com dependente.
- Decisão cumprida.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**NEIDIVANE FONSECA DE REZENDE DE MORAIS**

**PROCESSO TCDF nº 1.522/04 (GDF nº 54.002.229/01)**

**DECISÃO nº 7.156/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) ter por cumprida a Decisão nº 2.246/07; b) considerar legal, para fim de registro, a reforma em exame; c) determinar à Polícia Militar do Distrito Federal, que adote as seguintes providências, as quais poderão ser objeto de verificação em futura auditoria: c1) confeccionar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 59 – apenso, para incluir no quadro os dias de serviço averbados prestados à iniciativa privada, mediante a certidão do INSS de fls. 8/9 – apenso; c2) acostar aos autos apensos documentos que comprovem a realização, pela militar, de curso de habilitação ou especialização, ou equivalente a esse, a fim de garantir o percentual a mais de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional – ACP; c3) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 60 – apenso, para excluir a parcela VPE, uma vez que não existente na data da vigência da concessão (01.01.02), bem como para adequar o cálculo do percentual do ACP na forma indicada anteriormente; c4) tornar sem efeito os documentos substituídos; d) determinar o retorno do processo à 4ª ICE, autorizando o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

**OCORRÊNCIAS:**

- Decisão parcialmente cumprida: o item “c2” não foi atendido.
- Pagamento atual: o ACP encontra-se fixado no abono provisório e no demonstrativo de pagamento atual (fl. 243) no percentual cumulado de 25% sem a comprovação de que a militar possui curso válido de habilitação ou especialização, que assegure o direito à parcela correspondente a 15% do referido montante. Logo, reiterando o item c2 da decisão, a Corporação deverá juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de habilitação ou especialização, que comprove o direito da militar a continuar percebendo o ACP em 25%, atentando-se para, caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso: a) elaborar novo abono provisório, consignando o ACP em 10%, b) corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%, e c) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE no órgão no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.

**OSMANDO CAVALCANTE DOS SANTOS**

**PROCESSO TCDF nº 42.892/07 (GDF nº 54.001.505/96)**

**DECISÃO nº 2.689/08**

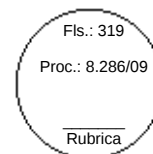
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório de fls. 34/35 do Processo nº 054.001.505/1996 será verificada na forma do item I da Decisão nº 077/2007, proferida nos autos do Processo nº 24.185/2007; II - autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

**OCORRÊNCIAS:**

- Abono provisório parcialmente regular: o ACP está calculado no percentual de 25%, sendo o correto 10%. Portanto, a Corporação deverá elaborar novo abono consignando tal parcela em 10%.
- Pagamento atual regular.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**SÉRGIO FEITOSA DA SILVA**

**PROCESSO TCDF nº 30.941/05 (GDF nº 54.000.570/05)**

**DECISÃO nº 8.322/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – dar por cumprida a Decisão nº 6035/07; II – considerar legal, para fim de registro, a concessão em exame; III – recomendar à Corporação que torne sem efeito os documentos de fls. 24 e 41 – apenso, o que será objeto de verificação em auditoria, juntamente com o cumprimento da exigência prevista no artigo 101 da Lei nº 7.289/84; IV – autorizar o arquivamento do feito e a devolução do apenso à origem.

**OCORRÊNCIAS:**

- Decisão cumprida.
- Pagamento atual regular.

OBS: Foi impetrada ação judicial para interdição do militar, em atendimento ao art. 101 da Lei nº 7.289/84, mas tal ação ainda não teve desfecho (fls. 245/248).

**SÉRGIO MISACK GONÇALVES**

**PROCESSO TCDF nº 15.032/08 (GDF nº 54.001.716/06)**

**DECISÃO nº 7.475/08**

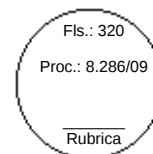
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, lembrando que, nos termos da Decisão nº 3.343/2008, prolatada no Processo nº 5.501/2005, para o presente caso, os 820 dias prestados pelo interessado à Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (a unidade da federação não foi mencionada), por ser tempo de serviço público averbado para fins de inatividade, ainda que prestado na condição de empregado celetista, não pode ser computado para fins do Adicional de Tempo de Serviço (ATS); b) dar ciência ao jurisdicionado de que a regularidade das parcelas do abono provisório de fl. 48 do Processo nº 054.001.716/2006 será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; c) determinar o retorno do processo à 4ª ICE, autorizando o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

**OCORRÊNCIAS:**

- No que tange ao abono provisório, o ATS está calculado no percentual de 22%, sendo o correto 19%. As parcelas GCEF e VPE foram fixadas em valores não-vigentes na data da vigência da concessão (29.11.06 – data do desligamento do serviço ativo), conforme fls. 249 e 250. Portanto, a Corporação deverá elaborar novo abono contemplando os valores corretos das citadas parcelas.
- Quanto ao pagamento atual (fl. 251), o ATS está calculado no percentual de 22%, sendo o correto 19%, de acordo com a Decisão nº 3.343/08, indicada na referida Decisão nº 7.475/08. Logo, a Corporação deverá corrigir no SIAPE o percentual do ATS para 19% e promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores pagos indevidamente a título dessa parcela, a partir do conhecimento da Decisão nº 7.475/08, observando os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**SONIA ROSA MARQUES**

**PROCESSO TCDF nº 3.186/85 (GDF nº 335.173/83)**

**DECISÃO nº 619/08**

O Tribunal, acolhendo voto do Conselheiro JORGE CAETANO, que tem por fundamento a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento do ato de transferência de fl. 64; II) considerar ilegal o ato concessório da reversão de fls. 77/78, publicado no DODF de 26.03.1997, posto que a Sra. SONIA ROSA MARQUES não atendeu um dos pressupostos para ser beneficiária da concessão em exame, arrolados na alínea “e” do artigo 71 da Lei nº 6.023/74, ou seja, ser solteira, viúva ou desquitada, pois à época do falecimento de seu genitor (02.10.1996) ela ainda era casada com o Sr. OLÍMPIO PEREIRA DA ROCHA; III) determinar à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (artigo 78, inciso X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria. O Relator acompanhou o voto do Conselheiro JORGE CAETANO, pela conclusão.

OBS: A referida Decisão nº 619/08, que considerou ilegal a reversão da pensão militar à Sra. SONIA ROSA MARQUES, foi objeto de pedido de reexame interposto por essa senhora, tendo o Tribunal, mediante a Decisão nº 2.109/08, tomado conhecimento do mesmo. Ao apreciar o mérito do recurso, o Tribunal, pela Decisão nº 4.790/08, negou provimento ao aludido pedido de reexame, mantendo os termos da Decisão nº 619/08 em análise presentemente, bem como conheceu do ato editado pela Corporação que suspendeu o pagamento da pensão militar àquela senhora em atendimento ao item III dessa Decisão nº 619/08. Assim, pelo teor da Decisão nº 4.790/08, a Decisão nº 619/08 foi cumprida. Ressalte-se, ainda, que a Sra. SONIA ROSA MARQUES impetrou ação ordinária judicial contra o DF, em face da Decisão nº 619/08, mantida pela Decisão nº 4.790/08, adotadas pelo Tribunal, encontrando-se o Processo nº 3.186/85, atualmente, no Ministério Público, com sugestão desta Inspeção ao TCDF para que o mesmo tome conhecimento do ato que excluiu a citada senhora como pensionista militar e da sobredita ação judicial, bem como determine à PMDF o acompanhamento dessa ação até o seu trânsito em julgado. (fls. 253/258)

**SUELI COELHO DA SILVA**

**PROCESSO TCDF nº 10.677/08 (GDF nº 54.001.919/03)**

**DECISÃO nº 1.183/09**

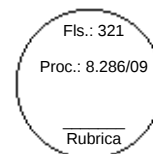
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - ter por cumprida a Decisão nº 3.586/2008; II - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do título de pensão de fls. 39/40 do Processo nº 054.001.919/2003 será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007, III - autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

OCORRÊNCIAS:

- Título de pensão regular.
- Pagamento atual regular.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPECTORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**WEDSON NUNES SANTANA**

**PROCESSO TCDF nº 2.030/04 (GDF nº 54.000.407/02)**

**DECISÃO nº 2.678/08**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 5.746/2007; II - considerar legal, para fim de registro, a concessão em exame; III - determinar à Polícia Militar do Distrito Federal a adoção das seguintes providências, o que será objeto de verificação em oportuna auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 53 - apenso, de modo a consignar o soldo calculado com base em 16 cotas; incluir a parcela Complemento de Soldo; calcular o Adicional de Certificação Profissional - ACP no percentual de 10%, haja vista a informação constante dos autos de que o militar possui apenas curso de formação; excluir as parcelas GCEF e VPE, uma vez que foram criadas por meio de leis posteriores à vigência da concessão, e considerar a base de cálculo do Adicional de Posto ou Graduação, do ACP, do ATS e da Gratificação de Representação como sendo o somatório do valor das cotas de soldo e do complemento do soldo; b) tornar sem efeito o abono de fl. 53 - apenso, bem como o de fls. 19/20 - apenso; c) corrigir o pagamento atual do militar, com a finalidade de considerar o cálculo do ATS (15%) e do ACP (10%) sobre a soma das parcelas "SOLDO INATIVO" e "COMPLEMENTO DE SOLDOS", em face do artigo 31 da Lei nº 10.486/2002; IV - autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à PMDF.

**OCORRÊNCIAS:**

- Decisão cumprida.
- Pagamento atual: 1) as parcelas GRAT. FUNÇÃO/REPR e ADIC. POSTO OU GRADUAÇÃO foram calculadas incorretamente, porquanto, na base de cálculo delas, não foram considerados o valor do soldo acrescido do complemento do soldo (fl. 260). Logo, a Corporação deverá corrigir no SIAPE o cálculo das referidas parcelas, considerando a base de cálculo delas como sendo as cotas do soldo acrescidas do Complemento do Soldo.

**ZENITO SANTANA DO VALE**

**PROCESSO TCDF nº 21.270/08 (GDF nº 54.000.606/98)**

**DECISÃO nº 8.422/08**

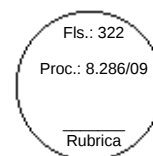
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas que compõem o benefício será verificada na forma da Decisão nº 77/07, exarada no Processo nº 24185/07; II - recomendar à jurisdicionada que observe atentamente o disposto nas Decisões nº 2132/07 e 4107/07, proferidas, respectivamente, nos Processos nºs 17672/06 e 5501/05, para fim de fixação da parcela ATS. Isso demandará correções nos documentos de fls. 36 e 44 do processo apenso, o que será objeto de verificação em auditoria; III - autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

**OCORRÊNCIAS:**

- Decisão parcialmente cumprida: o demonstrativo do tempo de serviço e o abono provisório, às fls. 262 e 263, não foram substituídos por outros documentos, com vistas a consignar o ATS em 26%, de acordo com o disposto nas Decisões nºs 2.132/07 e 4.107/07, indicadas na referida Decisão nº 8.422/08.
- Abono provisório parcialmente regular: o ATS está calculado no percentual de 32%, sendo o correto 26%, uma vez que o tempo de serviço prestado à FHDF, ainda que na condição de celetista, certificado pelo INSS, não pode ser computado para o cálculo do ATS, conforme apontado na Decisão nº 8.422/08 (fls. 261 e 263). Portanto, a Corporação deverá elaborar novo abono contemplando o ATS em 26%.
- Pagamento atual parcialmente regular: o ATS está calculado no percentual de 32%, sendo o correto 26% (fl. 265). Logo, a Corporação deverá corrigir no SIAPE o percentual do ATS para 26% e promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores pagos indevidamente a título dessa parcela, a partir do conhecimento da Decisão nº 8.422/08, observando os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



## **TABELA II**

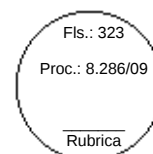
### **Análise dos demonstrativos de pagamento de militares ativos, relativos ao mês de fevereiro de 2009.**

<b>ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA</b> – regular
<b>ANTONIO ROBERTO CASTRO NEVES</b> – regular
<b>CARLOS ALBERTO TEIXEIRA PINTO</b> – regular
<b>CLEIDER ALFREDO DE OLIVEIRA</b> – regular
<b>COSME BESERRA NETO</b> – regular
<b>DALMIR CAIXETA SANTOS</b> – regular
<b>ELIAS EZEQUIEL DOS SANTOS</b> – regular
<b>FABIO LIMA DOS SANTOS</b> – regular
<b>FLAVIO ALVES DA FONSECA</b> – o militar percebeu a Gratificação de Serviço Voluntário, em fevereiro de 2009, no valor integral de R\$ 520,00 (fl. 20). De acordo com o Decreto nº 24.619, de 26.05.04, que regulamenta o pagamento da referida Gratificação, prevista na Lei nº 10.486/02, é necessário o preenchimento de alguns requisitos para que o militar faça jus a essa parcela, como p. ex., conveniência e necessidade do serviço, aceitação voluntária do militar, prestação do serviço no horário de folga do militar, desempenho de atividades típicas de cada unidade da Corporação, duração da atividade não-inferior a 8 horas, e desempenho de no mínimo 32 horas de serviço no mês de referência para fazer jus ao valor proporcional da parcela e de no máximo 40 horas de serviço no mês de referência, para fazer jus ao valor integral da parcela. Deve, então, a Corporação providenciar os documentos, previstos no aludido Decreto, que justifiquem o pagamento da Gratificação de Serviço Voluntário ao militar, em fevereiro de 2009, no valor de R\$ 520,00
<b>GILBERTO SOARES BAPTISTA</b> – regular
<b>GUTEMBERG PARREIRA LIMA</b> – regular
<b>IVAN EUGENIO DE PAIVA</b> – regular
<b>JARÇO BERNARDINO DA SILVA</b> – regular
<b>JOÃO ELIAS ALVES MONTEIRO</b> – o valor da Gratificação de Serviço Voluntário correspondeu, em fevereiro de 2009, a R\$ 390,00 (fl. 21). O valor integral dessa parcela, nesse mês, equivale a R\$ 520,00. Após solicitado esclarecimento quanto ao pagamento proporcional dessa parcela, a Corporação encaminhou os documentos de fls. 182/184 contendo assinatura do militar de serviço voluntário prestado nos dias 18, 24 e 28 de janeiro de 2009, sem a indicação do horário da prestação dos respectivos serviços. Assim, tais documentos não são suficientes para comprovar o direito do militar àquela parcela, no valor de R\$ 390,00. De acordo com o Decreto nº 24.619, de 26.05.04, que regulamenta o pagamento da Gratificação de Serviço Voluntário, prevista na Lei nº 10.486/02, é necessário o preenchimento de alguns requisitos para que o militar faça jus a essa parcela, como p. ex., conveniência e necessidade do serviço, aceitação voluntária do militar, prestação do serviço no horário de folga do militar, desempenho de atividades típicas de cada unidade da Corporação, duração da atividade não-inferior a 8 horas, e desempenho de no mínimo 32 horas e de no máximo 40 horas de serviço para fazer jus ao valor integral da parcela, com possibilidade de prestação de serviço inferior ao tempo mínimo estabelecido (32 horas), mas com dedução de 25% do valor da gratificação para cada período de 8 horas não-trabalhadas. Deve, então, a Corporação providenciar elementos adicionais, previstos no aludido Decreto, que justifique o pagamento da Gratificação de Serviço Voluntário ao militar, em fevereiro de 2009, no valor de R\$ 390,00.
<b>JORGE LUIZ FIDELIS DAMASCENO</b> – regular





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



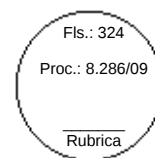
<b>JORGE PAULINO DA SILVA</b> – o ATS encontra-se calculado incorretamente no percentual de 19% (fl. 22). Era para ser 20%, haja vista que, da data em que o militar foi matriculado no CFSd (16.05.83) até 05.09.01, incluindo 757 dias averbados de serviço prestado às Forças Armadas, o militar acumulou 7.445 dias de efetivo serviço, equivalentes a 20 anos, 4 meses e 25 dias ( fls. 23/34).
<b>JOSÉ CARLOS LEONARDE</b> – o militar percebeu Auxílio-Funeral no valor de R\$ 4.433,41 (fl. 35). Após solicitado esclarecimento quanto ao pagamento dessa parcela, a Corporação informou que o mesmo se deu em razão do falecimento do pai do militar, considerado dependente de acordo com o cadastro de dependentes da PMDF em relação ao militar (fls. 36/43). Entretanto, não foram disponibilizados elementos suficientes para caracterizar que o pai do militar era seu dependente, de acordo com o item IV do § 4º do art. 50 da Lei nº 7.289/84. Logo, a Corporação deve apresentar os pertinentes comprovantes, previstos nesse dispositivo legal, de que o pai do militar era seu dependente, de modo a justificar o pagamento do Auxílio-Funeral.
<b>JOSÉ ÍTALO SOARES TOMAZ</b> – regular.
<b>JOSELITO SILVA MACHADO</b> – regular
<b>LUCILENE RIBEIRO SILVA</b> – regular
<b>MILTON OLIVEIRA PAES</b> – regular
<b>NILTON DE OLIVEIRA</b> – regular
<b>PAULO JOSÉ BARBOSA DE ABREU</b> – regular
<b>ROCINE ALVES MAZOCHI</b> – regular
<b>RUTH CARVALHO CIQUEIRA</b> – regular
<b>SIDNEY DA SILVA SIQUEIRA</b> – regular
<b>SILVIO SABINO GONÇALVES</b> – regular
<b>SINALDO MOURA PIMENTA</b> – regular
<b>VAGNO BATISTA RIBEIRO</b> – o ACP encontra-se fixado no percentual cumulado de 25% sem a comprovação de que o militar possui curso válido de habilitação ou especialização, que assegure o direito à parcela correspondente a 15% do referido montante (fls. 62/69). Logo, a Corporação deverá juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de habilitação ou especialização, que comprove o direito do militar a continuar percebendo o ACP em 25%, atentando-se para, caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso: a) corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%, e b) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, observando os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à última auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE no órgão.
<b>VALDIR VIEIRA DE SOUSA</b> – regular
<b>VALMIR SABADINI</b> – regular
<b>WELDON JOSÉ CARDOSO DE CASTRO</b> – regular

## VI) QUESTÕES ESPECÍFICAS





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



## ► ADICIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

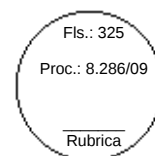
12. As irregularidades relacionadas com o pagamento do Adicional de Certificação Profissional (ACP), constatadas pela presente auditoria, ainda referem-se, basicamente, às deficiências quanto à comprovação do curso de especialização/habilitação necessário para justificar o acréscimo de 15% no referido adicional.

13. No que tange aos cursos de formação, aperfeiçoamento e altos estudos (que garantem, respectivamente, acréscimos de 10%, 20% e 30% no percentual do ACP), por serem os mesmos inerentes à própria carreira militar, vez que se tratam ou de curso obrigatório para o ingresso na Corporação ou de cursos necessários para se galgar graduações e postos mais elevados da carreira, não tem havido maiores dificuldades quanto à sua comprovação.

14. No caso específico do curso de formação, por exemplo, o respectivo percentual de 10% é automaticamente estendido a todos os militares em virtude da formação inicial obrigatória (no caso de alguns quadros, como os de saúde, de músico, de capelão ou de especialista, o curso de graduação ou o de técnico equipara-se ao de formação quando aqueles constituírem requisito para o ingresso na Corporação). Já a condição para a investidura da praça na graduação de Primeiro-Sargento e do oficial no posto de Major é possuir o curso de aperfeiçoamento. Da mesma forma, para a investidura do oficial no posto de Coronel é obrigatório o curso de altos estudos (conforme os Decretos nºs 6.791/82 e 7.456/83 que regulamentam, respectivamente, as promoções de Oficiais e de Praças no âmbito da PMDF). Assim, pode-se afirmar que todos os militares da Corporação possuem curso de formação, bem como todos os Primeiros-Sargentos e todos os Majores possuem o curso de aperfeiçoamento, e todos os Coronéis possuem o curso de altos estudos.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



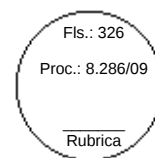
15. Deve-se lembrar que os questionamentos do Tribunal em relação ao pagamento do ACP surgiram quando da sua regulamentação pelos Comandantes da PMDF e do CBMDF, após delegação de competência pelo Governador do Distrito Federal. O ponto central foi sempre as normas de equivalências com o curso de especialização/habilitação estabelecidas em portarias específicas editadas pelas Corporações (Portaria PMDF nº 359/02, e Portaria CBMDF nº 12/03). À época, constatou-se que um dos efeitos práticos das mencionadas portarias foi a concessão indiscriminada dos 15% relativos ao curso de especialização/habilitação a título de acréscimo no ACP, contemplando sem exceção todos os pagamentos a militares ativos e inativos e a pensionistas em cada uma das Corporações.

16. No caso da PMDF, a questão foi abordada no Processo nº 1.284/03, que teve por objeto a auditoria realizada na PMDF relativa ao 3º trimestre de 2003. Naqueles autos, por meio da Decisão nº 6.734/03, letra “e”, foi determinado inicialmente à PMDF que remetesse *a esta Corte de Contas circunstanciados esclarecimentos acerca dos cursos de habilitação, citados no inciso V do parágrafo único do art. 1º da Portaria PMDF nº 359/02, em especial informações relativas as suas cargas horárias e formas de avaliação, a fim de permitir a incorporação de 15% (quinze por cento), nos termos da Lei nº 10.486/02.*

17. Em resposta, a Corporação encaminhou na oportunidade cópia da Portaria PMDF nº 409/04 (fls. 268/274), que, entre outras, revogou a Portaria PMDF nº 359/02 (fls. 266/267) anteriormente mencionada. Na citada Portaria PMDF nº 409/04 (fls. 268/274), foram melhor apresentadas as conceituações dos cursos previstos na Lei nº 10.486/2002 (altos estudos, aperfeiçoamento, formação e especialização ou habilitação), bem como relacionados, exaustivamente, os cursos considerados equiparados aos tipos de cursos existentes, suprimindo, assim, a deficiência da Portaria PMDF nº 359/02 que era bastante vaga em relação a algumas equiparações estabelecidas em seus itens IV e V. Dessa forma, para fazer jus ao percentual de 15% relativo ao curso de especialização/habilitação, os milicianos da Corporação passaram a ter que comprovar a realização, com



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



aproveitamento, de um dos cursos arrolados de forma exaustiva na nova Portaria. Posteriormente, a Portaria nº 409/04 (fls. 268/274) foi revogada pela Portaria nº 491/06 (fls. 275/280) que, por seu turno foi revogada pela Portaria nº 616/08 (fls. 281/294) atualmente em vigor.

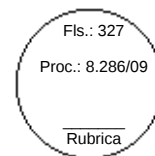
18. Vê-se que as duas últimas Portarias trouxeram ainda algumas alterações nas conceituações dos cursos previstos na Lei nº 10.486/02. No caso da Portaria nº 491/06, reconceituou-se o curso de especialização, e da Portaria nº 616/08, passou-se a conceituar o curso de altos estudos, que não havia sido conceituado nas portarias anteriores. Contudo, o que chama a atenção é a enumeração exaustiva dos cursos equiparados a curso de especialização que passou dos 192 da Portaria nº 409/04 para 240 na Portaria nº 491/06-republicação, chegando ao surpreendente número de 544 cursos na Portaria nº 616/08, o que nos leva a admitir que, na prática, o acréscimo de 15% no ACP restará garantido em praticamente todos os casos, posto que dificilmente não se comprovará a realização de algum curso equiparado a curso de especialização. As exceções, na maioria dos casos, certamente ficarão por conta da dificuldade dos pensionistas em recuperarem informações relativos aos instituidores.

19. Da mesma forma, nas portarias em questão, ressalta o fato de ser atribuído, nas equiparações, o mesmo peso para cursos com níveis de exigência absolutamente diversos, ou seja, uma simples Carteira Nacional de Habilitação, por exemplo, garante o direito aos mesmos 15% de acréscimo no ACP que um diploma em Pós-Graduação em Perícia Médica, conforme previsto na novel Portaria nº 616/08. Assim, convém determinar à PMDF que preste circunstanciados esclarecimentos quanto aos critérios técnicos utilizados para tais equiparações.

20. Voltando aos achados de auditoria, a equipe observou que dos 24 inativos e pensionistas e dos 32 ativos que tiveram os pagamentos atuais examinados, 7 inativos e pensionistas e 1 ativo ainda continuam percebendo o ACP



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



acrescido de 15% sem que conste das respectivas fichas funcionais ou dos autos de reforma e pensão a comprovação de que o miliciano realizou, com aproveitamento, o necessário de curso de especialização/habilitação.

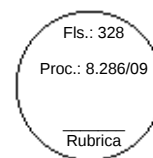
21. Com relação à necessidade de correção das irregularidades verificadas no pagamento do ACP, envolvendo a ausência de comprovação do correspondente curso, o Tribunal já se manifestou em várias oportunidades. No citado Processo nº 1.284/03 (arquivado), que teve por objeto a auditoria em reformas e pensões realizada na PMDF relativa ao 3º trimestre de 2003, a e. Corte, por meio da Decisão nº 561/05, item “e.3.”, determinou à PMDF que adotasse *providências com vistas a corrigir o pagamento do adicional de Certificação Profissional quando não houver a comprovação dos cursos realizados com aproveitamento, o que contraria previsão inserta na Lei nº 10.486/2002 (art. 3º, inciso III), sob pena de aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei Complementar nº 01, de 09.05.1994”*.

22. Da mesma forma, no Processo nº 21.659/05, ainda em andamento, relativo à auditoria em reformas e pensões realizada na PMDF no 3º trimestre de 2005, o Tribunal, por meio da Decisão nº 6.279/05, autorizou o encaminhamento de cópia do citado Relatório de Auditoria à Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 01/94, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas saneadoras das falhas e impropriedades ali indicadas. O item VI das Sugestões do citado Relatório de Auditoria sugeriu ao tribunal que determinasse à PMDF a adoção de *medida revisora em cada concessão, examinando, se possível, todos os processos de inativação e pensão militar, a fim de certificar o correto pagamento do percentual do Adicional de Certificação Profissional, de acordo com o comprovado curso realizado com aproveitamento*.

23. Na auditoria seguinte, objeto do Processo nº 7.306/08, ainda em andamento, realizada na PMDF no 2º trimestre de 2008 em processos de reformas e pensões, o Tribunal, por meio da Decisão nº 7.593/08, item “V-f)” determinou à PMDF que promovesse o levantamento, para fins de ressarcimento ao Erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/2005-TCDF, atentando para os termos do Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência do Tribunal e da Decisão nº 6.806/2007-TCDF, em razão da ausência de cumprimento integral das providências determinadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



*pelas Decisões TCDF nº 561/2005 e 6.279/2005, quanto à regularização do pagamento do Adicional de Certificação Profissional – ACP, previsto no artigo 3º, inciso III, da Lei nº 10.486/2002.*

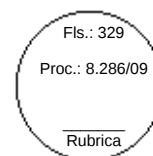
24. Conquanto se deva destacar que as determinações do Tribunal, adotadas em processos individuais de reformas e pensões, mandando corrigir o percentual do ACP, estejam sendo cumpridas a contento pela PMDF, conforme já comentado em auditorias anteriores, e conforme se tem verificado diariamente quando do exame do cumprimento dessas diligências nas concessões de reformas e pensões, tais correções não representam um número expressivo diante do possível universo de pagamentos irregulares, mormente porque não alcançam os pagamentos de ativos.

25. Na presente auditoria, que, além do exame de pagamentos relativos a reformas e pensões, também se examina pagamentos de ativos, buscou-se averiguar o andamento das providências a cargo da PMDF com vistas à regularização do pagamento do ACP. Num primeiro contato com o Chefe da Seção de Processamento de Folha de Pagamento (DIP/7), **Major** Dionísio **Silvestre** Ferreira Júnior, nos foi confirmado que a PMDF promoveu recente cadastramento de cursos com vistas especificamente à regularização do pagamento do ACP. Os dados coletados no cadastramento alimentariam então o SIAPE a fim de possibilitar o cálculo automático do percentual do ACP, fazendo cessar, em definitivo, o pagamento indevido de percentuais relativos a cursos não comprovados pelos milicianos, vez que o pagamento da parcela em questão não mais seria realizado com base em valor fixo informado diretamente no SIAPE.

26. Com base nessas informações preliminares, a equipe de auditoria elaborou a Nota de Auditoria nº 03 (fls. 14/15), em que solicitou, no item “c”, informações sobre *quando será implementada a rotina de corte automático para os militares ativos, inativos e pensionistas quando não se comprovar a realização dos cursos exigidos para o pagamento dos percentuais relativos ao citado Adicional, e qual banco de dados será utilizado como suporte para tal procedimento.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



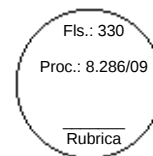
27. Em resposta, o Chefe da DP/7, Major Silvestre, além das próprias considerações objeto da Nota Técnica nº 223/2009/DP/7-FOLHA/DSFJ (fls. 71/75), também repassou à equipe de auditoria cópia do Memorando nº 020/09-DP/1-Cadastro (fls. 76/77) em que constam os seguintes esclarecimentos sobre o cadastramento em questão: [...] *c) no final do ano de 2006, a comissão nomeada para a atualização e cadastros de dados no SIAPE, também começou a cadastrar os cursos exigidos aos policiais militares a fim de ser pago o adicional de certificação profissional de modo automático. Em plena atividade cadastral a comissão teve que encerrar os trabalhos por falta de espaço físico, que não mais foi disponibilizado na APMB. Com a destituição da comissão, o cadastramento dos cursos tem sido feito de acordo com a demanda que é enviada a DP/1-Cadastro. Ocorre, geralmente, quando no término dos cursos em que há necessidade de se corrigir os percentuais pagos aos policiais militares a título de adicional de certificação profissional, que ainda o recebe através de valor informado necessitando a conversão para modo automático com o cadastramento do curso específico exigido a cada percentual definido em lei.* Acostada às fls. 177/178, encontra-se cópia de mensagem da Diretoria de Pessoal-DP/1-Cadastro, datada de 10.11.06, informando sobre notificação do Ministério do Planejamento para cadastrar no sistema SIAPE/SERPRO a relação de todos os cursos possuídos pelos policiais militares. Na mensagem, a Diretoria de Pessoal solicitou aos Comandantes, Chefes, Diretores Corregedor Geral e Ajudante Geral da PMDF que enviassem à DP/1-Cadastro a relação dos cursos dos policiais militares sob a subordinação daqueles com a finalidade de regularizar a situação da Certificação Profissional.

28. Na Nota Técnica de fls. 71/75, o Major Silvestre, em atenção ao item “c” da Nota de Auditoria nº 3, prestou ainda os seguintes esclarecimentos:

*Em complemento à instrução contida no Memorando nº 020/09-DP/1-CAD, de 07.04.2009, anexo, é importante acrescentar, em razão da complexidade do tema e das ações desenvolvidas pela Corporação, que a rotina de corte automático do Adicional de Certificação Profissional já está disponível no sistema SIAPE para o pagamento dos percentuais relativos aos Cursos de Formação, Especialização, Aperfeiçoamento e Altos Estudos.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



*Para formação de juízo segue anexo, impressão das telas de acesso ao Módulo desenvolvido pelo SERPRO para fazer frente à necessidade singular da Polícia Militar do Distrito Federal<sup>1</sup>.*

*A rigor, o banco de dados consiste nas próprias informações que são inseridas pelos operadores da DP/1 – Seção de Cadastro, diretamente no SIAPE, onde os dados são informados da seguinte maneira: 1) Curso; 2) Equivalência (Formação, Especialização, Aperfeiçoamento, Altos Estudos); 3) Estabelecimento de Ensino; 4) Unidade da Federação; 5) País; 6) Data de Término; 7) observações.*

*Em mais uma oportunidade, seguem anexos a impressão dos registros demonstrando o corte automático da rubrica 82235 para 3.638 ( três mil seiscentos e trinta e oito) policiais militares ativos<sup>2</sup>.*

*No que tange aos inativos e pensionistas, os avanços não foram significativos em razão de 02 (duas) questões elementares:*

*1) Ausência de rotina administrativa que envolvesse o Adicional de Certificação Profissional, pretérita à vigência da Medida Provisória convertida na Lei nº 10.486/02;*

*2) Os registros são ajustados com esteio na subordinação de julgamento dos proventos ou pensão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, ou seja, à medida da apresentação dos documentos probatórios pelos interessados e mediante deliberação da corte de contas do Distrito Federal, frente aos processos de inatividade e concessão do benefício da Pensão Militar.*

29. Em que pese as reiteradas determinações da e. Corte no sentido de que sejam corrigidas as irregularidades envolvendo o pagamento do ACP, passados quatro anos desde a Decisão nº 561/05, prolatada nos autos do Processo nº 1.284/03, verifica-se que a PMDF ainda não adotou todas as medidas necessárias ao equacionamento do problema. Embora tenha havido a adoção de medidas parciais, ainda persistem, conforme se infere pelo exame da amostra, incorreções no

---

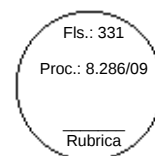
<sup>1</sup> fls. 128/130

<sup>2</sup> fls. 131/134





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



que se refere aos percentuais do citado adicional, que continuam a ser pagos sem a devida comprovação da realização do correspondente curso.

30. Conquanto o SIAPE já esteja aparentemente preparado para realizar o corte automático nos percentuais do ACP, nos pagamentos a militares ativos e inativos e a pensionistas militares em que não houve a comprovação da realização do necessário curso, a Corporação continua protelando, sem justificativa plausível, a adoção dessa medida. Dessa forma, diante do reiterado descumprimento pela PMDF das determinações para que regularize o pagamento do ACP (Decisões nºs 561/05, 6.279/05 e 7.593/08), entende-se que o egrégio Plenário possa determinar àquela Corporação que indique, para fins de eventual aplicação da multa prevista no inciso VIII do artigo 182 da Resolução nº 38/90 (RI/TCDF), o nome do responsável pelo referido descumprimento, dando-lhe ciência de que poderá apresentar, caso seja de seu interesse, a alegação de defesa que julgar pertinente.

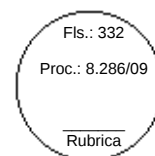
#### ► DIÁRIA DE ASILADO

31. As questões relativas à forma de pagamento da Diária de Asilado vinham sendo enfrentadas no Processo nº 9.120/06, que tem por objeto Inspeção realizada na PMDF e no CBMDF. Por meio da Decisão nº 4.219/07, prolatada naqueles autos, a c. Corte mais uma vez reiterou seu posicionamento quanto à questão, ao mesmo tempo que detalhou os procedimentos que deveriam ser observados pelas corporações militares do Distrito Federal em relação ao tratamento que deveriam dispensar à referida parcela, *in verbis*: *O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, ao tomar conhecimento do resultado da inspeção de que se trata, bem como dos documentos acostados às fls. 11/15, 20/21, 26/45 e 47/104, decidiu: I - determinar ao Corpo de Bombeiros Militar e à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adotem as medidas necessárias ao efetivo cumprimento do disposto no item IV, alínea "a.2", da Decisão nº 756/2002, no sentido de adequar os pagamentos dos servidores inativos e pensionistas aos termos do art. 61 da Lei nº 10.486/02, atentando para o que se segue em relação ao cálculo da "Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada" - VPNI: a) o valor a ser lançado deve ser exatamente o resultado da diferença porventura existente entre a remuneração dos meses de setembro e outubro*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA

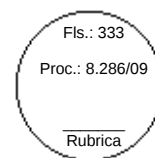


*de 2001; b) o procedimento deve abranger os pagamentos efetuados a todos os militares e pensionistas que percebem a parcela "Diária de Asilado", excetuando-se, apenas, aqueles efetivamente amparados por sentenças judiciais favoráveis (liminares) proferidas já em face da Lei nº 10.486/02; II - alertar os Comandantes-Gerais das referidas corporações militares que, no caso de descumprimento da determinação objeto do item anterior, os responsáveis ficarão sujeitos à multa prevista no § 1º do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 182, inciso VIII, do Regimento Interno do TCDF; III - recomendar aos citados órgãos jurisdicionados que: a) atentem, quando do cumprimento da medida de que trata o item I acima, para eventuais efeitos lesivos aos interessados, cientificando-os previamente da possibilidade de manifestação a respeito, nos próprios feitos de reforma e pensão, nos quais deverão ser encartadas tempestivas soluções, pelos próprios órgãos, aos potenciais questionamentos, bem como as correções decorrentes e o suporte documental pertinente, se necessários; b) avaliem, em relação aos casos indicados no item I, alínea "b", "in fine", a repercussão futura das manifestações de mérito do Judiciário, de forma particularizada, com respeito à determinação vazada no item IV, alínea "a.2", da Decisão nº 756/2002; IV - autorizar o envio de cópia da instrução (fls. 136/155) e do parecer do Ministério Público (fls. 159/169) ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e à Polícia Militar do Distrito Federal, para subsidiar o atendimento desta decisão.*

32. A equipe de auditoria, ao examinar os processos de reformas e pensões, objeto da Tabela I (fls. 308/321), observou, em relação aos pagamentos em que consta a parcela VPNI-ART.61 LEI 10486/02 - RMI, resultante do ajuste da Diária de Asilado, as seguintes situações: a) o caso de LAURA DA SILVA SILVEIRA (Instituidor: HENRIQUE CRISTHIANO DA SILVA SILVEIRA) em que as medidas determinadas pelo Tribunal no item I da Decisão transcrita no parágrafo anterior foram satisfatoriamente cumpridas a partir do mês de ago/2008; b) os casos de CARLOTA LIMA DE OLIVEIRA e MARIA VIANA DE CARVALHO em que restou inviabilizada a correta verificação da implementação das referidas medidas, vez que nos contracheques do mês de set/2001 as parcelas remuneratórias não se encontram discriminadas, o que impossibilitou aferir se na composição dos pagamentos das pensionistas relativos ao mês em questão constam valores de caráter temporário ou indenizatório que, por sua natureza, não devem ser considerados no cálculo do ajuste da Diária de Asilado; c) o caso de MARIA HELENA FIGUEIREDO DO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



NASCIMENTO em que não houve o ajuste da parcela em questão; e d) o caso de ELIZABETH DAVI CHAGAS em que num primeiro momento a Diária de Asilado foi ajustada (ago/2008) e logo revertida no mês seguinte (set/2008), retornando o pagamento ao estado anterior.

33. No que se refere ao último caso relatado no parágrafo anterior, tal procedimento se deu em razão da existência de decisão judicial, proferida ainda em face de legislação anterior à MP nº 2.218, de 05.09.2001, mandando majorar o valor da parcela em questão, mas cuja implementação ocorreu somente após essa data. A opção da PMDF, nesse caso, foi simplesmente cancelar o ajuste realizado, sem promover um novo ajuste que levasse em consideração os valores já majorados por força da referida decisão judicial, tendo por base o mês de set/2001.

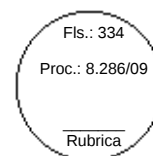
34. Registre-se, contudo, que, quando do recente exame das providências adotadas pela PMDF em face da Decisão nº 4.219/07, prolatada no Processo nº 9.120/06, o Tribunal se manifestou quanto aos casos em que houve a reversão do ajuste da parcela Diária de Asilado no seguinte sentido, de acordo com a Decisão nº 2638/09, proferida nos mesmos autos já citados (*verbis*):

[...]

*II - alertar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal de que a exceção prevista no item I, alínea "b", "in fine", da Decisão nº 4219/07, somente deve ser aplicada nas ações impetradas em face da nova Lei de Remuneração dos militares distritais (Medida Provisória nº 2.218/2001, convertida na Lei nº 10.486/2002), não alcançando, portanto, aquelas ajuizadas com base na legislação pretérita, mesmo que possuam decisões posteriores a 05/09/2001 mandando incluir ou majorar a parcela Diária de Asilado, devendo as Corporações, nesses casos, atentar para os seguintes procedimentos: a) recuperar o valor da remuneração paga em setembro de 2001, incluindo ou*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



*majorando, conforme o caso, o valor devido a título da Diária de Asilado, em conformidade com a respectiva decisão judicial; b) cotejar tal valor com o da remuneração devida em outubro de 2001, em face da novel estrutura remuneratória, apurando eventual diferença a menos; c) incluir ou corrigir, com base em tal diferença, o valor da VPNI de que trata o artigo 61 da Medida Provisória nº 2.218/2001 ou da Lei nº 10.486/2002; d) proceder aos ajustes financeiros pertinentes, a contar da correspondente implementação;*

*III - em decorrência do disposto no item anterior, determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que verifique a necessidade de promover novo ajuste nos pagamentos dos inativos e pensionistas arrolados no anexo ao Ofício nº 4514/2008-DIP3, datado de 12 de setembro de 2008;*

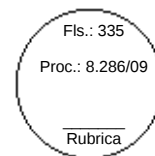
*[...]*

35. Ainda no Processo de Inspeção nº 9.120/06, destacou-se que a implementação das medidas de ajuste da parcela Diária de Asilado no âmbito tanto da PMDF como do CBMDF também está sendo acompanhada em processos de auditoria específicos de cada Corporação, sendo que, no caso da PMDF, o assunto está sendo tratado no Processo de Auditoria nº 7.306/08, relativo à auditoria realizada na PMDF no 2º trimestre de 2008. Em decorrência, o Tribunal autorizou o arquivamento do Processo de Inspeção nº 9.120/06 e o acompanhamento das pendências que subsistem na PMDF em relação à Diária de Asilado no próprio Processo de Auditoria nº 7.306/08.

36. Embora nesta oportunidade também se tenha constatado que ainda pendem de implementação integral as medidas de ajuste da Diária de Asilado objeto da Decisão nº 4.219/07, e se tenha sugerido determinar à Corporação a imediata correção das ocorrências individualizadas na presente auditoria, entende-se que, no mesmo sentido do posicionamento adotado no Processo de Inspeção nº 9.120/06, o acompanhamento quanto à solução geral e definitiva dessa questão possa ser feito de forma centralizada no Processo de Auditoria nº 7.306/08, haja vista o item “V.e”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



da Decisão nº 7.593/08, proferida nesses mesmos autos, que determinou à Corporação informar a este Tribunal a conclusão dos procedimentos adotados em relação ao Processo nº 54.000.767/2008-GDF, instaurado em face da Decisão nº 4.219/2007-TCDF, para promover a adequação dos pagamentos efetuados a título de Diária de Asilado. Assim, as novas informações aqui coletadas, e que poderão servir de subsídio aos trabalhos ali desenvolvidos, deverão ser carreadas àqueles autos, sem prejuízo de se determinar, de imediato, a correção das inconsistências identificadas nesta auditoria.

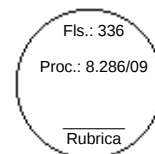
**► Considerações acerca do uso dos sistemas SIAPE, SIGRH e GEPES pela PMDF**

37. Tendo em vista a constatação de algumas irregularidades recorrentes nos pagamentos de inativos e pensionistas examinados no presente trabalho (Tabela I de fls. 308/321), decorrentes, à primeira vista, de erros de parametrizações de sistemas, a equipe de auditoria entendeu por elaborar a Nota de Auditoria nº 03 (fls. 14/15), em que foram solicitadas ao Diretor de Pessoal da PMDF as seguintes informações:

- a) *informar, detalhadamente, quais os procedimentos adotados para a atualização dos dados cadastrais e financeiros no SIGRH e no SIAPE, inclusive quanto a eventuais recadastramentos de pessoal ativo, inativo e pensionistas, bem como se foram identificadas falhas decorrentes da utilização dos dois sistemas;*
- b) *em relação às inconsistências verificadas nas rubricas de pagamentos em alguns contracheques de inativos e pensionistas selecionados para exame pela equipe de auditoria (ex.: o cálculo de parcelas remuneratórias que têm por base proventos proporcionais com complemento de soldo), indicar quais providências já foram intentadas junto ao administrador do SIAPE para corrigir tais falhas;*
- c) *no que se refere ao pagamento do Adicional de Certificação Profissional,*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



*informar quando será implementada a rotina de corte automático para os militares ativos, inativos e pensionistas quando não se comprovar a realização dos cursos exigidos para o pagamento dos percentuais relativos ao citado Adicional, e qual banco de dados será utilizado como suporte para tal procedimento;<sup>3</sup>*

*d) esclarecer se existem outros sistemas internos de controle de pessoal, indicando a respectiva finalidade, bem como a justificativa para tal utilização.*

38. Em atendimento à citada Nota de Auditoria, o Chefe da Seção de Processamento de Folha de Pagamento - DP/7, Major Silvestre, além das próprias considerações objeto da Nota Técnica nº 223/2009/DP/7-FOLHA/DSFJ de fls. 71/75 também repassou à equipe de auditoria cópia do Memorando nº 020/09-DP/1-Cadastro (fls. 76/77) onde se esclarece que, em 2003, quando da obrigação de passar o sistema de pagamentos da PMDF para o governo federal, os dados cadastrais e financeiros, que eram gerenciados pelo SIGRH, foram migrados automaticamente para o SIAPE. Porém a migração se deu de forma incompleta, o que demandou sucessivos recadastramentos a fim de alimentar o SIAPE com mais dados cadastrais referentes a dependentes de policial militar, endereço, dependentes para fins de imposto de renda, correção no valor pago a título de auxílio moradia e correção dos valores pagos a título de fundo de saúde. Esclareceu também que houve dois recadastramentos obrigatórios do SIGRH por determinação do GDF, nos anos de 2004 e 2008, e que *as dificuldades encontradas e identificadas em decorrência da utilização de dois sistemas de pessoal são provenientes da necessidade de utilização concomitante e dependente dos sistemas, mostrando-se falhos seus usos autônomos, haja vista sempre necessitar dos dois bancos de dados, pois um só sistema ainda não se mostrou eficiente no gerenciamento de pessoal.*

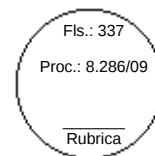
39. A DP/1-Cadastro também esclareceu que *utiliza para o gerenciamento de pessoal o sistema SIAPE, do Ministério do Planejamento do governo federal, e o sistema SIGRH, da Secretaria de Planejamento e Gestão do GDF, além do sistema GEPES, utilizado para o*

---

3 Os comentários relativos ao item "c" da Nota de Auditoria nº 3 já foram apresentados nos parágrafo 26/28.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



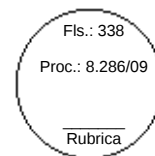
*gerenciamento particular das alterações de pessoal (punições disciplinares, medalhas, tempo de serviço militar e civil, idade limite de permanência no posto e/ou graduação, cursos realizados), com as dificuldades já supracitadas.*

40. Conforme apurado pela equipe de auditoria, o Sistema GEPES foi desenvolvido pela área de informática da própria PMDF, e o início de seu funcionamento se deu em 1996. O objetivo do Sistema consiste em informatizar as anotações relativas à vida funcional dos militares da Corporação, as quais anteriormente eram lançadas de forma manual nas respectivas fichas funcionais. É importante ressaltar que todas as informações lançadas nas fichas funcionais dos milicianos (relativas a punições, elogios, dispensas médicas, licenças, afastamentos, averbações, cursos etc.), tanto na sistemática antiga, feita de forma manual, como as já lançadas com o auxílio do GEPES obedecem a uma rígida sistemática. Primeiro ocorre a publicação do fato nos boletins internos da Corporação, e somente dessa publicação os dados são transcritos para as fichas individuais dos militares. Atualmente os lançamentos rotineiros no GEPES, a partir dos dados publicados nos boletins internos, são feitos pela equipe da DP/1-Alterações, sendo os referidos boletins internos posteriormente enviados para o arquivo central da Corporação, conforme relatou o **Tenente Paulo Cezar Silva**, Chefe da DP/1-Alterações.

41. A informatização promovida pelo GEPES tem reflexos no trabalho diário desenvolvido na 4ª ICE relativamente ao exame dos processos de reforma. Nas fichas funcionais anteriores a 1996, a maior dificuldade sempre foi a recuperação de informações para subsidiar a análise dos autos, visto que nesses casos as informações encontram-se dispersas geralmente num número muito grande de folhas, escritas às vezes em máquina de escrever, mas, geralmente, em letra cursiva manual, algumas quase ininteligíveis. Com o GEPES, as informações relacionadas à vida funcional dos militares passaram a ser apresentadas de forma sistemática, em colunas com datas, tipos de ocorrências e discriminação, o que facilita enormemente a visualização, economizando um tempo precioso no manuseio dos processos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



42. Outro aspecto positivo na utilização do GEPES, é a questão relacionada à segurança das informações. De acordo com o Chefe da DP/1-Alterações, Tenente Cezar Silva, em conversa mantida durante os trabalhos de auditoria, todos os responsáveis por inserção de dados no sistema são autorizados mediante a concessão de senha. As alterações de dados ficam então marcadas por meio de um registro de *login*, o que possibilita a identificação do servidor responsável pela alteração.

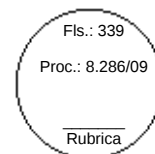
43. Na Nota Técnica nº 223/2009/DP/7-FOLHA/DSFJ de fls. 71/75, o Major Silvestre, em atenção aos itens “a”, “b” e “d” da Nota de Auditoria nº 3, prestou ainda outros esclarecimentos. Em relação ao item “a”, sobre quais seriam os procedimentos adotados para a atualização dos dados no SIGRH e no SIAPE, informou que *a supervisão da migração dos registros cadastrais e financeiros esteve a cargo da então Secretaria de Gestão Administrativa/GDF e da Secretaria de Recursos Humanos/GDF, auxiliados pelos segmentos técnicos da Corporação, [...] Diretoria de Pessoal no que se referia aos Policiais Militares Ativos e a Diretoria de Inativos e Pensionistas da Corporação no que tangia aos Policiais Militares Inativos, Instituidores de Pensão e Pensionistas Militares.* Informou também que, quando da inclusão da PMDF no SIAPE, foram necessárias *adaptações de cadastros e rotinas de cálculos para contemplar os dispositivos legais que regem remuneração, proventos e pensão, vez que a plataforma SIAPE/SERPRO era constituída de rotinas exclusivas para atender à legislação dos servidores civis da União, em especial à Lei nº 8.112/90, de 11.12.1990.* Da mesma forma, esclareceu que, em razão do exíguo prazo para o início do processamento da folha de pagamento da Corporação no novo sistema, previsto para a competência ago/2003, conforme § 3º do artigo 1º da Lei nº 10.633/02, o processo de automação envolveu em primeiro momento o envio de arquivos cadastrais e financeiros (valores informados). Após a transferência das informações elementares, reuniões foram realizadas para ajustar rotinas de cálculo e interfaces dos operadores da Folha de Pagamento da Corporação.

44. Quanto ao item “b”, sobre as inconsistências verificadas em rubricas de pagamentos de inativos e pensionistas que percebem complemento de soldo, o





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



Chefe da DP/7 informou que a rotina de pagamento automático do complemento de soldo, ao valor do salário mínimo vigente, já havia sido desenvolvida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, **no mês de abril/2006**, em respeito à Medida Provisória nº 288/2006, convertida na Lei nº 11.321/2006. Então, citou como exemplo o caso do inativo Erivonaldo Fernandes de Araújo, indicando as fichas financeiras acostadas às fls. 165/176, complementando ainda com o seguinte: *Ocorre que, por razões desconhecidas deste usuário, de forma coincidente com a Edição da Medida Provisória nº 421/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.709/2008, a partir do mês competência 06/2008, o SIAPE deixou de considerar a rubrica 82.254 - COMPLEMENTO DE SOLDADO, para o cálculo dos proventos dos servidores inativos, não guardando sintonia com o previsto no Art. 31, Lei nº 10.486, de 04.07.2002. [...] Embora a Diretoria de Inativos e Pensionistas tenha feito gestões junto ao Órgão Gestor do Sistema, assim como na vigência da Lei nº 11.709/2008, o cálculo permaneceu inalterado, ocasionando inconsistências em 2 (duas) parcelas dos proventos: **1) Rubrica 82220 - Gratificação de Função de Representação - Inativo, Anexo III, Tabela I-A (1%); 2) Adicional de Posto ou Graduação - Anexo II, tabela I-B.** Por fim, o Chefe da DP/7 alegou que na última gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ocorrida em 06.02.09, via e-mail, foi informado que **“deverá ser criado uma nova regra de cálculo para que não venha a trazer problemas com os servidores públicos federais”**.*

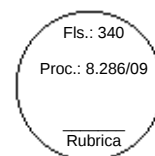
45. Além dos problemas nas parcelas GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO e ADICIONAL DE POSTO OU GRADUAÇÃO indicados pelo Chefe da DP/7, a equipe de auditoria também observou que outras duas parcelas, o ADICIONAL DE OPERAÇÕES MILITARES e a GRATIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR - GCEF, apresentaram divergência no cálculo dos valores para pagamentos. Porém, com relação a essas últimas parcelas a irregularidade no cálculo aparece em todos os casos de pagamentos proporcionais e não somente naqueles em que há a necessidade do complemento de soldo.

46. Diante da recorrência dos problemas sistêmicos que – embora não causados pela PMDF, vez que decorrem aparentemente de ações do próprio gestor do sistema – geram prejuízos ao erário em razão de erro de cálculo de parcelas remuneratórias, cabe determinar à PMDF que oficie ao gestor do SIAPE, com cópia





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



à Corregedoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União, todas as inconsistências identificadas no cálculo de vencimentos e proventos dos militares distritais, requerendo as urgentes e necessárias medidas saneadoras, sob pena de responsabilização pelos prejuízos causados ao erário federal.

**► Pagamentos com base no Soldo de “Coronel + 10%, + 20% e + 44%”**

47. Em conversa com o responsável pela Seção da Folha de Pagamento da Diretoria de Pessoal da PMDF, acerca do SIAPE, verificamos a existência de demonstrativos de pagamentos atuais de Coronéis PM, em que os soldos encontram-se calculados com base na patente de Coronel, acrescidos de 10%, 20% ou 44% (fls. 295/299).

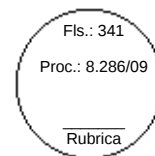
48. Tais casos assemelham-se aos militares das demais graduações ou postos, e respectivos pensionistas militares, que, com fundamento na legislação anteriormente vigente à MP nº 2.218/01, percebiam proventos calculados com base nas graduações ou postos superiores aos percebidos na ativa pelo miliciano.

49. De acordo com a nova legislação sobre a remuneração dos militares do DF, advinda com a aludida MP nº 2.218/01, convertida na Lei nº 10.486/02, e alterações posteriores, não há previsão de soldo de Coronel PM calculado com base no soldo de Coronel PM adicionado daqueles percentuais de 10%, 20% ou 44%. A legislação prevê, no caso de militar do posto de Coronel PM, apenas o soldo de Coronel PM.

50. Ressalte-se, entretanto, que se encontra acertada a metodologia adotada pela Corporação, no SIAPE, ao considerar, para o Coronel PM que faz jus ao soldo de seu posto acrescido de 10%, 20% ou 44% (*ex vi, e.g.*, dos artigos 50, inciso II, § 1º, inciso I, da Lei nº 7.289/84 e 50, inciso II, parágrafo único, letra “a”, da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



Lei nº 6.023/74), o valor do soldo de Coronel PM somado a um desses percentuais, em face da isonomia de tratamento que deve existir em relação aos militares das demais graduações e patentes, e respectivos pensionistas militares, que percebem proventos com base nas graduações ou postos superiores aos percebidos na ativa pelo miliciano, ainda que posteriormente confirmados nas novas graduações ou postos.

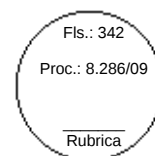
## **VII) SUGESTÕES**

Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

- I. tomar conhecimento do presente relatório de auditoria, bem como dos procedimentos adotados pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF em atendimento às determinações proferidas nos processos apreciados pela Corte;
- II. considerar regulares os abonos provisórios/títulos de pensão referentes às reformas/pensões militares de: ANTÔNIO ADOLFO C. ALVARENGA, Proc. nº 37.821/07; CARLOTA LIMA DE OLIVEIRA, Proc. nº 1.044/04; ELIZABETH DAVI CHAGAS, Proc. nº 5.293/05; ELZIRA DOS SANTOS, Proc. nº 3.723/04; JOÃO DA SILVA FILHO, Proc. nº 22.322/08; JOSÉ CARLOS DA COSTA, Proc. nº 20.257/08; JOSEMAR COELHO PESSOA, Proc. nº 3.084/08; MÁRCIA BORGES FERREIRA DA PAZ, Proc. nº 14.745/08; MARCO AURÉLIO FRAGA DESIDÉRIO, Proc. nº 22.012/08; MARIA HELENA FIGUEIREDO DO NASCIMENTO, Proc. nº 1.647/04; MARIA VIANA DE CARVALHO, Proc. nº 893/95; SUELI COELHO DA SILVA, Proc. nº 10.677/08;
- III. ter por cumpridas as Decisões nºs: 6.084/08, Proc. nº 1.044/04, de CARLOTA LIMA DE OLIVEIRA; 6.516/08, Proc. nº 802/69, de LAURA DA SILVA SILVEIRA; 1.273/09, Proc. nº 893/95, de MARIA VIANA DE CARVALHO; 8.322/08, Proc. nº 30.941/05, de SÉRGIO FEITOSA DA SILVA; 619/08, Proc.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



nº 3.186/85, de SONIA ROSA MARQUES; 2.678/08, Proc. nº 2.030/04, de WEDSON NUNES SANTANA;

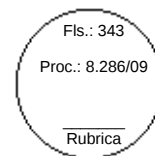
- IV. ter por parcialmente cumpridas as Decisões nºs: 2.066/08, Proc. nº 5.293/05, de ELIZABETH DAVI CHAGAS; 3.437/08, Proc. nº 3.084/08, de JOSEMAR COELHO PESSOA; 2.002/08, Proc. nº 1.647/04, de MARIA HELENA FIGUEIREDO DO NASCIMENTO; 7.156/08, Proc. nº 1.522/04, de NEIDIVANE FONSECA DE REZENDE DE MORAIS; 8.422/08, Proc. nº 21.270/08, de ZENITO SANTANA DO VALE;
- V. reiterar à PMDF o cumprimento das Decisões, a seguir indicadas, nos próprios processos em que foram adotadas: 3.067/07 (Proc. nº 1.311/99); 6.393/07 (Proc. nº 3.029/04); 4.150/08 (Proc. nº 740/04) e 2.499/08 (Proc. nº 3.274/05);
- VI. determinar à PMDF, com base nos achados de auditoria, a adoção das seguintes providências:

VI.a) em relação aos Processos de:

- 1) ANTÔNIO FELIPE DE SOUZA (Processos TCDF nº 2.860/08 e GDF nº 54.001.665/98): 1.1) juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de especialização ou de habilitação, que comprove o direito do militar de continuar percebendo a parcela Adicional de Certificação Profissional – ACP no percentual de 25%; 1.2) caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso: 1.2.1) elaborar novo abono provisório, consignando o ACP em 10%; 1.2.2) corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%; e 1.2.3) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE na Corporação no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07;



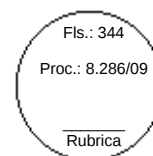
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



- 2) CARLOTA LIMA DE OLIVEIRA (Processos TCDF nº 1.044/04 e GDF nº 54.001.127/99): 2.1) demonstrar os cálculos que resultaram no valor ajustado de R\$ 303,07, referente à parcela VPNI – Art. 61 da Lei nº 10.486/02, corrigindo, se for o caso, o valor dessa parcela, de acordo com o teor da Decisão nº 4.219/07, adotada no Processo nº 9.120/06; 2.2) juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de especialização ou de habilitação, pelo ex-militar, que comprove o direito da pensionista de continuar percebendo o ACP em 25%; 2.3) caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso: 2.3.1) corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%; e 2.3.2) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE na Corporação no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07;
- 3) MARIZETE DE ARAUJO NUNES (Processos TCDF nº 629/08 e GDF nº 54.000.527/03): 3.1) juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de especialização ou de habilitação, que comprove o direito da pensionista de continuar percebendo o ACP em 25%; 3.2) caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso: 3.2.1) elaborar novos títulos de pensão, consignando o ACP em 10%; 3.2.2) corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%; e 3.2.3) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE na Corporação no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07;



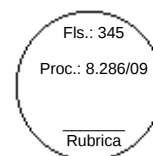
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



- 4) ELIZABETH DAVI CHAGAS (Processos TCDF nº 5.293/05 e GDF nº 54.002.286/01): 4.1) promover novo ajuste na parcela VPNI – Art. 61 da Lei nº 10.486/02, fixada atualmente em R\$ 2.610,60, à vista da Decisão nº 2.638/09, adotada no Processo nº 9.120/06; 4.2) corrigir os valores das parcelas GRAT. FUNÇÃO/REPR e ADIC. POSTO OU GRADUAÇÃO, de modo a considerar a base de cálculo delas como sendo o somatório do valor do soldo acrescido do complemento do soldo, e os valores das parcelas ADIC. OPERAÇÕES MILITARES e GCEF, de modo a aplicar sobre as mesmas a proporcionalidade do soldo (16 cotas) devida à pensionista; 4.3) juntar aos autos certificado do curso de especialização ou habilitação que comprove o direito da pensionista a continuar percebendo o ACP em 25%, ou, na impossibilidade, reduzir o percentual para 10% no SIAPE; 4.4) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente a título de ACP após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, caso não se comprove o necessário curso de especialização ou habilitação, atentando ainda para os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.
- 5) ELZIRA DOS SANTOS (Processos TCDF nº 3.723/04 e GDF nº 54.000.286/02): 5.1) corrigir no SIAPE os valores das parcelas ADIC. OPERAÇÕES MILITARES e GCEF, de modo a aplicar sobre as mesmas a proporcionalidade do soldo (17 cotas) devida à pensionista, bem como promover o levantamento dos valores pagos a mais com vistas à devolução ao erário, atentando para os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07;
- 6) JOÃO BATISTA SOARES DA COSTA (Processos TCDF nº 22.802/08 e GDF nº 54.000.219/98): 6.1) juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de especialização ou de habilitação, que comprove o direito do militar de continuar percebendo o ACP em 25%; 6.2) caso não comprovada a conclusão



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA

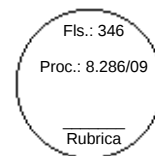


do referido tipo de curso: f.2.1) elaborar novo abono provisório, consignando essa parcela em 10%; 6.2.2) corrigir no SIAPE o percentual do ACP para 10%, e 6.2.3) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE na Corporação no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07;

- 7) JOSÉ LUCAS DE FRANÇA (Processos TCDF nº 5.311/08 e GDF nº 54.000.211/94): 7.1) elaborar novo abono provisório, consignando o ATS em 26%; 7.2) corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 26%, bem como promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores pagos a mais a título de ATS, observando os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07;
- 8) JOSEMAR COELHO PESSOA (Processos TCDF nº 3.084/08 e GDF nº 54.000.042/96): 8.1) providenciar, de acordo com a Decisão nº 3.437/08, o ressarcimento ao erário, dos valores pagos indevidamente ao militar a título de ATS, observando os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07;
- 9) MARIA HELENA FIGUEIREDO DO NASCIMENTO (Processos TCDF nº 1.647/04 e GDF nº 54.001.229/00): 9.1) promover o ajuste na parcela VPNI – Art. 61 da Lei nº 10.486/02, atualmente fixada em R\$ 1.957,95, à vista das Decisões nºs 4.219/07 e 2.638/09, adotadas no Processo nº 9.120/06; 9.2) juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de especialização ou de habilitação, pelo ex-militar, que comprove o direito da pensionista de continuar percebendo o ACP em 25%; 9.3) caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso: 9.3.1) corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%, bem, e 9.3.2)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA

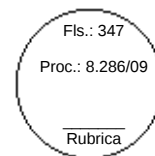


promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE na Corporação no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07; 9.4) acostar aos autos, em reiteração ao item II.a da Decisão nº 2.002/08, documentos comprobatórios alusivos à integralização da concessão em exame, posto que atualmente todo benefício pensional está sendo percebido pela viúva, Sra. MARIA HELENA FIGUEREDO DO NASCIMENTO, conforme foi visto no sistema SIAPE;

- 10) MARIA VIANA DE CARVALHO (Processos TCDF nº 893/95 e GDF nº 54.000.174/95): 10.1) demonstrar os cálculos que resultaram no valor ajustado de R\$ 138,74, referente à parcela VPNI - Art. 61 da Lei nº 10.486/02, corrigindo, se for o caso, o valor dessa parcela, de acordo com o teor da Decisão nº 4.219/07, adotada no Processo nº 9.120/06; 10.2) corrigir no SIAPE: 10.2.1) os valores das parcelas GRAT. FUNÇÃO/REPR e ADIC. POSTO OU GRADUAÇÃO, de modo a considerar a base de cálculo delas como sendo o somatório do valor do soldo acrescido do complemento do soldo; 10.2.2) os valores das parcelas ADIC. OPERAÇÕES MILITARES e GCEF, de modo a aplicar sobre as mesmas a proporcionalidade do soldo (14 cotas) devida à pensionista; 10.2.3) o valor da parcela Auxílio-Moradia, considerando-o integral de militar da graduação de Soldado PM 1ª Classe com dependente;
- 11) NEIDIVANE FONSECA DE REZENDE DE MORAIS (Processos TCDF nº 1.522/04 e GDF nº 54.002.229/01): 11.1) juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de especialização ou de habilitação, que comprove o direito da militar de continuar percebendo o ACP em 25%; 11.2) caso não comprovada a conclusão do referido tipo de curso: 11.2.1) elaborar novo abono provisório, consignando essa parcela em 10%; 11.2.2)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



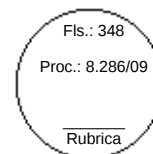
corrigir no SIAPE o percentual do ACP para 10%, e 11.2.3) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE na Corporação no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07;

- 12) OSMANDO CAVALCANTE DOS SANTOS (Processos TCDF nº 42.892/07 e GDF nº 54.001.505/96): 12.1) elaborar novo abono provisório consignando o ACP em 10%;
- 13) SÉRGIO MISACK GONÇALVES (Processos TCDF nº 15.032/08 e GDF nº 54.001.716/06): 13.1) elaborar novo abono provisório, para considerar o ATS no percentual de 19%, bem como para fixar os valores das parcelas GCEF e VPE vigentes na data da vigência da concessão (29.11.06 – data do desligamento do serviço ativo); 13.2) corrigir no SIAPE o percentual do ATS para 19% e promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores pagos indevidamente, a partir do conhecimento da Decisão nº 7.475/08, observando os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07;
- 14) WEDSON NUNES SANTANA (Processos TCDF nº 2.030/04 e GDF nº 54.000.407/02): 14.1) corrigir no SIAPE os valores das parcelas GRAT. FUNÇÃO/REPR e ADIC. POSTO OU GRADUAÇÃO, de modo a considerar a base de cálculo delas como sendo o somatório do valor do soldo acrescido do complemento do soldo;
- 15) ZENITO SANTANA DO VALE (Processos TCDF nº 21.270/08 e GDF nº 54.000.606/98): 15.1) elaborar novos demonstrativo do tempo de serviço e abono provisório, consignando o ATS em 26%, de acordo com o disposto nas Decisões nºs 2.132/07 e 4.107/07, indicadas na Decisão nº 8.422/08; 15.2) corrigir no SIAPE o percentual do ATS para 26%, bem como promover o levantamento,





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA

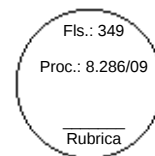


para fim de ressarcimento ao erário, dos valores pagos a mais a título dessa parcela, a partir do conhecimento da Decisão nº 8.422/08, observando os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07;

- 16) FLAVIO ALVES DA FONSECA, matrícula nº 19.654-1: 16.1) juntar documentos, previstos no Decreto nº 24.619, de 26.05.04, que regulamenta o pagamento da Gratificação de Serviço Voluntário, prevista na Lei nº 10.486/02, que justifique o pagamento da mesma ao militar da ativa, em fevereiro de 2009, no valor de R\$ 520,00;
- 17) JOÃO ELIAS ALVES MONTEIRO, matrícula nº 5.749-5: 17.1) juntar documentos, previstos no Decreto nº 24.619, de 26.05.04, que regulamenta o pagamento da Gratificação de Serviço Voluntário, prevista na Lei nº 10.486/02, que justifique o pagamento da mesma ao militar da ativa, em fevereiro de 2009, no valor de R\$ 390,00;
- 18) JORGE PAULINO DA SILVA, matrícula nº 8.194-9: 18.1) corrigir no SIAPE o percentual do ATS do militar da ativa para 20%;
- 19) JOSÉ CARLOS LEONARDE, matrícula nº 15.730-9: 19.1) apresentar os pertinentes documentos que justifiquem o fato de que o pai do militar era seu dependente, na forma do disposto no art. 50 da Lei nº 7.289/84, de modo a amparar o pagamento do Auxílio-Funeral, em fevereiro de 2009, ao militar da ativa;
- 20) JOSÉ ÍTALO SOARES TOMAZ, matrícula nº 50.653-2: 20.1) verificar se o militar possui dependentes na forma do disposto na Lei nº 7.289/84 e corrigir, confirmado que o militar tem dependentes, o pagamento do Auxílio-Moradia no SIAPE, para considerar o valor dessa parcela de militar com dependente;
- 21) VAGNO BATISTA RIBEIRO, matrícula nº 15.123-8: 21.1) juntar aos autos certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de especialização ou de habilitação, que comprove o direito do militar da ativa de continuar percebendo o ACP em 25%; 21.2) caso não



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA

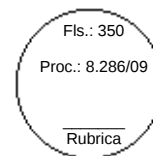


comprovada a conclusão do referido tipo de curso: 21.2.1) corrigir no SIAPE o percentual dessa parcela para 10%, e 21.2.2) promover o levantamento, para fim de ressarcimento ao erário, dos valores que continuaram a ser pagos indevidamente, após a prolação da Decisão nº 561/05, de acordo com o item V.f da Decisão nº 7.593/08, adotada no Processo nº 7.306/08, referente à auditoria de regularidade realizada pela 4ª ICE na Corporação no 2º trimestre de 2008, observando ainda os termos do Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF e da Decisão nº 6.806/07.

- VI.b) diante do reiterado descumprimento das determinações desta Corte de Contas, relacionadas à correção do ACP, contantes das Decisões nºs 561/05, 6.279/05 e 7.593/08, exaradas nos Processos nºs 1.284/03, 21.659/05 e 7.306/08, respectivamente, indicar, para fins de eventual aplicação da multa prevista no inciso VIII do artigo 182 da Resolução nº 38/90 (RI/TCDF), o nome do responsável pelo referido descumprimento, dando-lhe ciência de que poderá apresentar, caso seja de seu interesse, a alegação de defesa que julgar pertinente;
- VI.c) esclarecer, circunstanciadamente, os critérios técnicos adotados pela Corporação na Portaria PMDF nº 616/08 que, seguindo a mesma linha das Portarias PMDF nºs 409/04 e 491/06, permitiram equiparar, a curso de especialização, diversos cursos com níveis de exigências absolutamente diversos, como, por exemplo, o Curso de Pós-Graduação em Perícia Médica e a aquisição de simples Carteira Nacional de Habilitação;
- VI.d) oficiar ao gestor do SIAPE, com cópia à Corregedoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União, todas as inconsistências identificadas no cálculo de vencimentos e proventos dos militares distritais, a exemplo das parcelas GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO, ADICIONAL DE POSTO OU GRADUAÇÃO, ADICIONAL DE OPERAÇÕES MILITARES e GRATIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR – GCEF, requerendo as urgentes e necessárias medidas saneadoras, sob pena de responsabilização pelos prejuízos causados ao erário federal;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



- VII. autorizar o envio de cópia do presente relatório de auditoria à PMDF, com o fim de subsidiar a implementação das medidas determinadas; e
- VIII. fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para que a PMDF informe as providências adotadas para o cumprimento das medidas indicadas nos itens anteriores.

À superior consideração.

Brasília-DF, 14 de maio de 2009.

**CARLOS ANTÔNIO VIANA DE ANDRADE**  
Analista de Finanças e Controle Externo  
Matrícula nº 637-8

**MARCELO NUNES DE SOUZA**  
Analista de Finanças e Controle Externo  
Matrícula nº 311-5